



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS**

**(RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS DE  
DOM PEDRITO/RS: ORQUESTRANDO SUA PARTITURA POLÍTICO-  
PEDAGÓGICA**

**RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO**

**Jaguarão / RS**

**2015**

**LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS**

**(RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS DE  
DOM PEDRITO/RS: ORQUESTRANDO SUA PARTITURA POLÍTICO-  
PEDAGÓGICA**

**RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elena Maria Billig Mello

Linha de Pesquisa LP2 - Política e  
Gestão da Educação

**Jaguarão / RS**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M386( Martins, Lisiane Machado Duarte  
(RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS DE  
DOM PEDRITO/RS: ORQUESTRANDO SUA PARTITURA POLÍTICO-PEDAGÓGICA  
/ Lisiane Machado Duarte Martins.  
134 p.  
  
Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2015.  
"Orientação: Elena Maria Billig Mello".  
  
1. Projeto Político-Pedagógico. 2. Gestão Democrática. I.  
Título.

**LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS**

**(RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS DE  
DOM PEDRITO/RS: ORQUESTRANDO SUA PARTITURA POLÍTICO-  
PEDAGÓGICA**

**RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional de Educação pela Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 13 de março de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elena Maria Billig Mello  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Berenice Vahl Vaniel  
FURG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francéli Brizolla  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho ao meu esposo Alcides da Cunha Martins Filho por acreditar na minha capacidade, incentivando-me a percorrer este caminho, sem medir esforços, contando sempre com sua compreensão e carinho que se manifestaram na vibração de cada conquista.

Aos meus filhos Luíze, Pedro e Helena por ser a minha fonte inspiradora e de motivação para lutar, a fim de dar-lhes o exemplo, digno de ser seguido, superando dia a dia as limitações, em busca de um futuro melhor para nós.

Aos meus pais Elvio e Loiracy que sempre me impulsionaram a prosseguir, dando-me a cobertura espiritual através de suas orações, juntamente com os meus irmãos Roseli e Marcos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser essencial em minha vida. Aquele que me sustentou e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades. Ele é a minha fonte, a minha colheita e a minha herança...

À Professora Doutora Elena Maria Billig Mello, minha última orientadora no Mestrado, que me acompanhou durante a execução da segunda parte do Projeto de Intervenção, incentivando-me a prosseguir e, mesmo quando apontara o que corrigir suas expressões brandas, firmes e carinhosas, fizeram toda a diferença.

À Professora Doutora Jane Schumacher, minha primeira orientadora no Mestrado, que com sua ousadia e experiência, não hesitou em arriscar minha inscrição em grandes eventos. Deu certo. Conseguimos várias participações.

A todos os professores do curso de Mestrado pelo apoio e pelas importantes contribuições na composição desta partitura pedagógica.

Às minhas colegas e companheiras de viagem, Etiene Perleberg, Ida Larruscain, Susana Tavares e Valéria Borba que sem nada esperar em troca, compartilharam suas experiências e conhecimentos. Até as dissonâncias valorizaram este trecho...

Às gestoras das escolas que trabalho Professoras Andréa Carvalho de Moraes Cilene Camponogara Friedrich, e à vice-diretora Lisiane de Freitas Rossato pela compreensão, apoio e credibilidade ao meu trabalho.

Ao meu irmão, músico e compositor Marcos Machado Duarte pela contribuição no “toque musical” desta obra.

E a todos os sujeitos da pesquisa que de uma forma ou de outra participaram dando a sua contribuição para o enriquecimento do nosso trabalho.

## **O MAESTRO**

*O educador ou o coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra.*

*Da coordenação sintonizada com cada diferente instrumento, ele rege a música de todos.*

*O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer.*

*A sintonia de cada um entre si, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia de todos é o que possibilita a execução da peça pedagógica.*

*Essa é a arte de reger as diferenças, socializando os saberes individuais na construção do conhecimento generalizável e na formação do processo democrático.*

*(FREIRE apud MEDEL 2008, p.37)*

## RESUMO

O presente trabalho apresenta o relato crítico-reflexivo sobre a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS, e demonstra a abertura de um espaço discursivo político-pedagógico que envolveu parte da comunidade escolar, como uma forma de apropriação de peculiaridades escolares, a fim de conhecer seus reais anseios definindo novas metas, de modo a manter seu projeto atualizado. A temática abordada, imprescindível no contexto educacional brasileiro, representa um dos ícones na consolidação da Gestão Democrática. A elaboração e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) precisam ser discutidas entre a comunidade escolar e extraescolar, justificando-se assim, a necessidade de antever o futuro diferente do presente, buscando uma nova estabilidade e lançando-se para frente em busca de uma melhor condição de ensino e de aprendizagem, finalidade máxima do projeto pedagógico, arquitetada e vivenciada com o comprometimento de todos os sujeitos imbricados no processo. Este projeto de intervenção teve início com uma pesquisa documental e a aplicação de um questionário, dentro da metodologia da pesquisa-ação, à comunidade da escola pesquisada e, a partir do levantamento dos dados e formulação do diagnóstico, foram estabelecidas ações de intervenção com a finalidade de atingir os objetivos propostos. Contando com a participação da Equipe Diretiva, na qual a pesquisadora faz parte como coordenadora pedagógica, e do Conselho Escolar na coordenação das referidas ações, evidenciou-se que a gestão democrática deve ser desenvolvida de forma participativa, em que se percebe a necessidade de colaboração das pessoas envolvidas no processo administrativo-pedagógico e nas tomadas de decisões; permitindo assim, a concretização do que é fundamental: a participação efetiva dos professores, funcionários, pais, alunos, comunidade escolar e extraescolar nas decisões e ações para a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico. Assim como a música sinfônica é composta para diferentes grupos de instrumentos tocarem juntos, formando um grande mosaico sonoro, a escola pode ser regida de forma que todos os seus sujeitos tenham vez e voz nesta peça político-pedagógica, como vivenciado nesta intervenção.

**Palavras-chaves:** participação, gestão democrática da educação e projeto político-pedagógico



## ABSTRACT

This project shows a critical and reflexive report about the development of a Political-Pedagogic Project of the State Elementary and Middle School called Coronel Urbano das Chagas located at Dom Pedrito/RS. It demonstrates the opening of a discursive political-pedagogic space that integrated part of the school community as a way of reach all scholar peculiarities in order to know its real wishes and to define new goals, keeping the project up to date. The adopted theme, which is indispensable in the Brazilian educational context, represents an item in the consolidation of the Democratic Management. The preparation and evaluation of the Political-Pedagogic Project (PPP) need to be discussed among the school community and the general community, justifying in this way, the need of foresee the future different of the present, searching for a new stability and throwing forward, in order to reach better conditions of teaching and learning, which are the main goals of a pedagogic project, architected and experienced with the commitment of all the subjects related in the process. This interventional project began with a research and a survey, which were based on an action research methodology, applied to this school community. From the collection of data and the formulation of diagnosis, interventions were established in order to achieve the proposed objectives. With the participation of the leadership team, in which this researcher is a member working as a pedagogic coordinator, and the school board coordinating these actions, it became clear that the democratic management should be developed in a participatory manner, in which the collaboration of all the people involved in the administrative-pedagogical process and in the decisions making is needed; allowing then the realization of the fundamental element: the effective participation of the teachers, school staff, students, and school and general communities in the decisions and actions to develop the Political-Pedagogic Project. As well as the symphonic music is composed by different instruments playing together, making a large sound mosaic, the school can be governed in a manner that everybody has space and voice in this political-pedagogic act, as experienced in this intervention.

**Key-words:** participation, democratic management of education, and political-pedagogic project

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Características geográficas de Dom Pedrito .....	41
Figura 2: Localização do município de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul .....	42
Figura 3 - Convite para Exposição Temática.....	61
Figura 4 - Turma Solidariedade.....	63
Figura 5 - Turma Sonhos .....	63
Figura 6 - Turma Otimismo.....	64
Figura 7 - Turma Esperança.....	65
Figura 8 - Turma Verde .....	65
Figura 9 - Espaço para sugestões na turma Terra .....	66
Figura 10 - Mensagens deixadas pelos visitantes na turma Lua .....	66
Figura 11- Mostra da história da Escola Urbano .....	67
Figura 13 - Parte do público na entrega do PPP .....	96
Figura 14 - Entrega dos produtos do Projeto de Intervenção .....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Visão geral da elaboração do PPP.....	37
Tabela 2 - Lugar do Sonho no PPP.....	38
Tabela 3 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental .....	44
Tabela 4 - Anos Finais do Ensino Fundamental.....	45
Tabela 5 - Parâmetros no RS – Anos Iniciais.....	45
Tabela 6 - Parâmetros no RS – Anos Finais .....	45
Tabela 7 - Parâmetros em Dom Pedrito – Anos Iniciais.....	46
Tabela 8 - Parâmetros em Dom Pedrito – Anos Finais .....	46
Tabela 9 - Parâmetros na Escola Urbano – Anos Iniciais .....	46
Tabela 10 - Parâmetros na Escola Urbano – Anos Finais.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de conhecimento do Projeto Político-Pedagógico .....	56
Gráfico 2: Levantamento da importância da participação da comunidade .....	57
Gráfico 3: Disponibilidade de participação .....	58
Gráfico 4: Melhor turno para os encontros .....	58

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BPM – Batimento por minuto

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PPP – Projeto Político-Pedagógico

RH – Recursos Humanos

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URCAMP – Universidade da Região Campanha

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento .....	108
APÊNDICE B - Questionário Pais .....	109
APÊNDICE C - Formulário autorização de uso de dados: pais.....	110
APÊNDICE D – Questionário - Professores.....	111
APÊNDICE E - Formulário autorização uso de dados: professores.....	112
APÊNDICE F – Questionário - Funcionários.....	113
APÊNDICE G - Formulário autorização uso de dados - funcionários.....	114
APÊNDICE H – Questionário - Alunos.....	115
APÊNDICE I - Formulário autorização uso de dados - alunos .....	116
APÊNDICE J – Questionário - Equipe Diretiva.....	117
APÊNDICE K - Formulário autorização uso de dados - equipe diretiva .....	118

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Atividade para professores/2011.....	119
ANEXO B - Atividade para professores/2011.....	120
ANEXO C -Atividade para professores/2011.....	121
ANEXO D - Atividade para professores/2011.....	122
ANEXO E - Atividade para funcionários/2011 .....	123
ANEXO F - Folder elaborado Turma Terra.....	124
ANEXO G - Folder elaborado Turma Terra.....	125
ANEXO H - Matéria publicada em jornal da cidade.....	126

## SUMÁRIO

<b>1 ENTRANDO NO UNIVERSO DA ORQUESTRA DO PPP</b> .....	<b>17</b>
<b>2 REFLETINDO SOBRE GRANDES OBRAS DO REPERTÓRIO</b> .....	<b>25</b>
2.1 Gestão democrática .....	25
2.2 Projeto político-pedagógico.....	29
<b>3 ORGANIZANDO A ORQUESTRA PARA O CONCERTO</b> .....	<b>41</b>
3.1 Pesquisando o repertório .....	47
3.1.1 Análise documental das atas do PPP vigente .....	53
3.1.2 Pesquisa documental da última alteração do PPP .....	54
3.1.3 Roteiro de questionamentos .....	55
3.2 Organizando os naipes da orquestra (realizando a intervenção).....	60
3.2.1 Ensaio e apresentação do naipe dos alunos .....	61
3.2.2 Treinando a leitura da partitura com os professores.....	68
3.2.3 Dando início aos ensaios.....	70
3.2.3.1 Encontro com os representantes dos naipes da orquestra.....	71
3.2.3.2 Selecionando o repertório para os naipes da orquestra .....	78
3.2.3.3 Definindo a metodologia para os ensaios .....	79
3.2.3.4 Reunindo o naipe dos professores .....	84
3.2.3.5 Reunião com o naipe dos pais.....	87
3.2.3.6 Reunião com o naipe dos funcionários.....	90
<b>4 MOMENTOS FINAIS DO ESPETÁCULO</b> .....	<b>93</b>
4.1 Transcrevendo a composição político-pedagógica.....	93
4.2 Concerto final da orquestra .....	93
4.3 Gran finale - entrega do novo PPP .....	95
<b>5 PÓS-CONCERTO: (IN)CONCLUSÕES</b> .....	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	<b>102</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>108</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>119</b>



## 1 ENTRANDO NO UNIVERSO DA ORQUESTRA DO PPP

A orquestra sinfônica é formada por quatro grupos de instrumentos que têm histórias e características em comum. Por isso, além de serem conhecidos como naipes, também podemos chamar esses grupos de famílias. A característica principal da música sinfônica é que ela é composta para diferentes grupos de instrumentos tocarem juntos, formando um grande mosaico sonoro.

O presente Relatório Crítico-Reflexivo do Projeto de Intervenção denominado “A (Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS: Orquestrando sua Partitura Político-Pedagógica” apresenta esta temática, imprescindível no contexto educacional brasileiro, por representar um grande desafio na consolidação da Gestão Democrática, instituída pela Lei 10.576/95 e atualizada na Lei 13.990/2012. A elaboração e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) precisam ser discutidas entre a comunidade escolar e extraescolar.

Sabendo que o termo projeto, em seu sentido etimológico, vem do latim *projectu*, e significa lançar para diante, no momento em que (re)construímos o Projeto Político-Pedagógico da escola, segundo Veiga, “lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”(2009, p. 12). Por isso sua construção deve ser arquitetada e vivenciada, em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo educativo.

Segundo Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579)

Considerando-se que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola é o resultado de um processo que propicia a reflexão e discussão de seus problemas, sabemos que deve ser revisto periodicamente e os atos de fala são portadores de especificidades subjetivas que demonstram características sociopolíticas de um determinado nicho social. Tal documento não deve ser elaborado apenas para

atender a uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva no cotidiano de seu trabalho. Segundo Demo (1997, p. 18), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 “no Art 12, determina aos ‘estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino’ a incumbência de gestão própria, incluindo a elaboração e a execução de sua proposta pedagógica (inciso I)”.

Como vimos, a legislação determina a possibilidade de sua elaboração, mas são os sujeitos da escola que garantem essa realização. Contudo, sabemos que isto não basta: é necessário que a escola reconheça que todos os personagens imbricados neste processo, tornam-se responsáveis pelos serviços educacionais que ela presta à comunidade.

A intencionalidade da escola como instituição, sua filosofia, seus objetivos, seu rumo e sua direção devem estar explícitos neste documento. Os diversos atores que participam da construção coletiva têm a possibilidade de expressarem suas concepções nos mais diversos aspectos da educação e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar, analisando tanto o que a escola já é quanto o que ela poderá vir a ser, com base na definição de objetivos comuns das ações compartilhadas por seus atores.

Veiga (2009, 2013) nos faz perceber que o Projeto Político-Pedagógico deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Em decorrência do exposto acima, baseado na análise e reflexão de estudos dos vários autores e, visto que, por determinação da 13ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do RS (CRE), localizada no município de Bagé, deveria ser feita uma alteração, no que diz respeito à avaliação discente, no Projeto Político-Pedagógico (2012), conforme texto que segue:

Os resultados da avaliação do aproveitamento, considerando a totalidade das atividades trimestrais, serão registrados através de notas, acompanhadas de observações quanto ao desenvolvimento das habilidades e competências propostas. Os critérios, de acordo com a opção de expressão dos resultados por notas, definidos para a avaliação são: 30 (1º trimestre) + 30 (2º trimestre) + 40 (terceiro trimestre), sendo que no 3º trimestre o aluno deverá alcançar, no mínimo, 50% (20) do valor definido para o período (40). A nota mínima para aprovação ao final do ano letivo

será 60, de acordo com o somatório dos trimestres e respeitado o critério quanto ao 3º trimestre. (Projeto Político-Pedagógico da EEEF Coronel Urbano das Chagas, 2012).

A exigência de alcançar no 3º trimestre, no mínimo, 50% (20) do valor definido para o período (40) deveria ser retirada devido à sua inconstitucionalidade, segundo a 13ª CRE.

O documento ainda expressa dados como o nome da diretora da época que já foi substituída no ano de 2013, o desejo de possuir uma Sala Multifuncional ou de Atendimento Educacional Especializado, que desde o ano de 2013 já está em funcionamento, inclusive com profissional especializado na área. Devido ao tempo transcorrido, muitos itens sofreram alterações, como: nova equipe gestora; docentes que foram transferidos ou aposentados e outros que chegaram à escola; novos discentes e outros que também saíram, conseqüentemente têm uma comunidade escolar em que alguns sequer conhecem o Projeto Político-Pedagógico; algumas melhorias citadas que precisavam ser feitas, já foram concluídas, além de outras novas que surgiram. Precisamos incluir também que nossa escola aderiu ao Programa Mais Educação, do Governo Federal, bem como ao Programa Escola Acessível e ambos já estão em funcionamento.

No intuito de contribuir para o aprimoramento da educação em nossa escola, através da análise do levantamento de dados com a aplicação de questionários a todos os segmentos escolares, das atas de reuniões no ano de 2011 quando foi realizada a revisão do Projeto Político-Pedagógico em questão e algumas discussões durante reuniões pedagógicas, é que propus uma (re)construção democrática do referido projeto. O presente relatório demonstra a abertura de um espaço discursivo político-pedagógico que envolveu a comunidade escolar, como uma forma de apropriação e revelação de particularidades escolares, a fim de conhecer seus reais anseios definindo novas metas, de modo a manter seu projeto atualizado.

Diante disso, justificamos o presente projeto pela necessidade de antever o futuro diferente do presente, buscando uma nova estabilidade e lançando-se para frente em busca de uma melhor condição de ensino e de aprendizagem, finalidade máxima do projeto pedagógico, arquitetada e vivenciada com o comprometimento de todos os sujeitos imbricados no processo.

Optei por fazer uso, neste trabalho, da primeira pessoa do singular do pronome pessoal em situações de minha singularidade, no que diz respeito a minha trajetória e construções individuais. O que se refere ao coletivo será expresso na primeira pessoa do plural do pronome pessoal.

Minha trajetória profissional teve início em fevereiro de 1988, aos dezesseis anos de idade quando, após seis anos de estudos no curso de Acordeon e quatro anos em Teoria e Solfejo no Instituto Artístico Carlos Gomes, comecei a lecionar aulas de Música na referida Instituição que pertence à rede municipal de educação. A realidade lá era e continua sendo diferente da escola regular... Nas aulas teóricas atendemos os alunos em turmas, enquanto nas aulas práticas o atendimento é individualizado. Temos alunos de todas as idades, dos anos iniciais da Educação Básica até adultos e idosos. O ambiente é muito bom para trabalhar e apesar de ser uma escola com, aproximadamente 15 professores, formamos um corpo docente bastante unido, cooperativo e participativo, diria harmônico, nem por isso uníssono. Muitas vezes em conversas informais com o coletivo, surgem novos projetos que, a partir daí são estruturados no papel e tomadas as providências para a sua execução.

Procuramos manter um intercâmbio com outros músicos, como das Universidades Federais de Santa Maria, Pelotas, Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e também com o Instituto Municipal de Belas Artes (IMBA), em Bagé. Sempre que possível, participamos e também levamos nossos alunos para cursos de atualização, *workshops* e *master class* para que vejam outros colegas e sejam estimulados a superar os desafios que lhe são propostos.

Atualmente, estou desempenhando a função de vice-diretora e juntamente com a diretora, temos procurado ouvir as necessidades e sugestões da comunidade escolar e, na medida do possível, atendê-los. Quando temos algum evento, dividimos a responsabilidade do sucesso ou do fracasso com todos, assim, cada um empenha-se ao máximo para que tudo dê certo e ninguém seja sobrecarregado. Várias vezes, já ouvimos visitantes destacarem a unidade do nosso grupo como algo notável. Quando precisamos fazer alguma apresentação ou show, é muito comum subirmos em praticamente dez pessoas ao palco. E tudo vira festa tanto para os músicos como para a plateia...

De 1985 até 1989, fiz o Curso de Magistério na Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto, única escola no município com esta formação. Estudei

muito, pois tinha que fazer juz ao sacrifício financeiro de meus pais e sabia que, segundo minha mãe, esta era uma forma de garantir um emprego que poderia me ajudar a conquistar uma graduação.

A ânsia pelo saber despertava-me o desejo de aprender e querer conhecer cada vez mais aquilo que me era desconhecido. Então, aprovada no primeiro vestibular que prestei na Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e superando as limitações financeiras, fiz Licenciatura em Ciências de 1º Grau, até julho de 1992, quando a conclui. Fiz uma pausa nos estudos, pois, em dezembro do mesmo ano, dei início a uma nova etapa em minha vida através do casamento. Em julho do ano seguinte, voltei à Universidade para completar minha graduação com Habilitação em Matemática. Com a chegada dos filhos, tornou-se difícil continuar os estudos fora da cidade, pois naquela época, diferente da realidade atual na qual contamos com um campus da Universidade da Região da Campanha e outro da Universidade Federal do Pampa em nosso município, não havia nenhuma instituição de ensino superior. Porém, sempre que possível, participava de cursos que enriquecessem meu conhecimento e aprimorassem minha práxis pedagógica, evitando desperdiçar oportunidades.

No final do ano de 1994, após aprovação em concurso público, fui nomeada pela Secretaria Estadual de Educação e passei a trabalhar com séries finais do ensino fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Heloisa Louzada, no mesmo município. No ano de 2006, fui convidada a fazer parte da equipe gestora desta escola como vice-diretora do turno da manhã. Tendo mantido um bom relacionamento com os colegas e a pedido destes, aceitei o convite. O início foi difícil, pois vivíamos um momento de atraso no repasse da verba da autonomia financeira da escola e o ano letivo já estava em andamento, portanto não podíamos cruzar os braços e ficarmos à mercê da situação. Unimo-nos e fomos à luta. Buscamos parcerias com a comunidade local, mobilizamos os três turnos do educandário e alcançamos os objetivos estabelecidos até que a situação fosse normalizada. Durante esse período, minha colega diretora esteve muito doente, ausentando-se por longo período de tempo, fazendo assim com que eu tivesse que aprender a administrar muitas situações que sequer poderia imaginar. Foi um período de muito crescimento para mim. Durante 15 anos desenvolvi minhas atividades naquele educandário. Escola feita de gente simples e muito amável. Pessoas que se tornaram especiais, por que não dizer inesquecíveis, até hoje...

Em maio de 2010, fui convidada pela 13ª Coordenadoria Regional de Educação, em Bagé a integrar a Comissão de Implantação e Reestruturação da Escola Estadual de Educação Profissional de Dom Pedrito. Foi um período inovador em minha vida, um novo ambiente, novos desafios e a convivência com novas colegas (éramos as “Quatro Mosqueteiras”, como nos intitulou o Prefeito Municipal Francisco Alves Dias, numa determinada ocasião). O sonho de uma escola técnica, na zona rural, próxima da cidade, cuja área havia sido doada ao Governo do Estado com esta finalidade, há 50 anos. De repente, encontrava-se em nossas mãos a tarefa de trazê-lo à existência. Trabalhamos muito, noites a fio, dividimos o espaço no prédio com os construtores, em meio à reforma. Não tínhamos água encanada, a luz funcionava em apenas uma tomada, nem mesmo o banheiro estava instalado, pois tudo outrora construído e inaugurado havia sido depredado por vândalos e transeuntes que ali se abrigavam. Acompanhamos dia a dia, passo a passo. Éramos as “fiscais da obra” e, acima de tudo tínhamos todo o planejamento pedagógico a ser elaborado e encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para que este órgão emitisse o credenciamento e a autorização de funcionamento da Escola.

Foi uma corrida contra o tempo... Conseguimos fazer tudo o que nos tinham delegado, todavia por questões burocráticas não foi possível a aprovação do processo antes das eleições para governador de Estado. Com a troca de governo, sua tramitação foi suspensa e submetida à análise pela nova equipe gestora da Secretaria Estadual de Educação.

Enquanto isso, no início do mês de março de 2011, nós retornamos para as escolas, pois nosso trabalho, segundo nova equipe da CRE, não era mais necessário na comissão. Todavia, para satisfação da comunidade pedritense e nossa também, finalmente em setembro de 2011, o projeto foi aprovado e a Escola Estadual de Educação Profissional de Dom Pedrito começou a funcionar, inicialmente com o curso Técnico em Administração e a partir de fevereiro do ano de 2014 com o tão sonhado curso Técnico em Agropecuária, embora eu e outra colega já não fizéssemos parte da equipe. De 2010 a 2011 cursei pelo Instituto Educar Brasil, o curso de Pós-graduação com Especialização em Gestão Escolar.

Ao encerrar o trabalho da Comissão de Reestruturação e Implantação da Escola Técnica, fui lotada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas para trabalhar com Matemática, nas séries finais, o que desempenhei como docente durante dois anos. No início do ano de 2013, a convite

da equipe gestora eleita, assumi a função de coordenadora pedagógica, no turno da manhã. Era uma situação totalmente nova, apesar de ter especialização e experiência em Gestão Escolar, o trabalho da Coordenação Pedagógica em uma escola com quase mil alunos, nos três turnos, tornara-se um grande desafio. Esta nova experiência na coordenação pedagógica da escola, simultaneamente à possibilidade de ingressar no Mestrado Profissional em Educação oferecido pela UNIPAMPA, foi de extrema importância em minha vida, principalmente no momento em que precisaria desenvolver um Projeto de Intervenção. A possibilidade de retornar à Universidade foi um fator contribuinte para minha realização pessoal e profissional, visto que, embora desejasse ter esta continuidade em meus estudos, a mesma era utópica, frente à realidade em que vivia, sem condições de avançar, devido aos altos custos até então oferecidos. À medida que estudo, tenho estabelecido relações com o meu trabalho de modo a vislumbrar novas propostas e alternativas para um trabalho pedagógico que visa além do acesso, à permanência com sucesso do nosso aluno na escola, direito garantido, por lei, a todos.

Para dar início aos trabalhos do projeto, com o auxílio da primeira orientadora, professora Jane Schumacher, definimos o Projeto Político-Pedagógico como tema da pesquisa e evidenciamos que o problema era (re)construir esse documento de forma democrática e participativa. (Re)construir porque não tínhamos a pretensão de desfazer o trabalho anteriormente construído pelos colegas, que procuraram fazer da melhor maneira possível. Por isso, elucidados estes dados, estabelecemos nosso objetivo geral: (re)construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, com vistas a atualizar e retificar alguns dados contidos no referido projeto de forma democrática e participativa. Inicialmente, elaboramos ações para estabelecermos o Diagnóstico da realidade, entre elas realizamos: a seleção de referências e a revisão teórica, a fim de termos uma fundamentação sólida e consistente para o trabalho; a análise do conteúdo existente no Projeto Político-Pedagógico vigente e das atas da construção do mesmo; a aplicação de um questionário a toda a comunidade escolar para verificar o nível de conhecimento sobre o documento construído em 2011; a análise e tabulação dos dados da pesquisa e, finalmente a elaboração do plano de ação do projeto de intervenção com base no Diagnóstico e em elementos percebidos no processo.

Após a qualificação do referido projeto, foi dado início à execução do Plano de Ação da Intervenção, cujas ações de formação que constituíram a proposta foram firmadas visando à análise, discussão, reflexão e realização das alterações que se faziam necessárias.

O referido plano de ação foi dividido em etapas de operacionalização das três partes do projeto (Marco Referencial, Diagnóstico e Programação) que são as mesmas a serem descritas no Capítulo 3.

No decorrer do processo de implementação do projeto de intervenção, a professora orientadora necessitou, por questões de saúde, afastar-se do Mestrado, o que resultou na troca de orientadora, tendo assumido a professora Elena Maria Billig Mello. Na sequência, apresentamos como transcorreu a implementação do Projeto de Intervenção.



## 2 REFLETINDO SOBRE GRANDES OBRAS DO REPERTÓRIO

### 2.1 Gestão democrática

Os primeiros movimentos de participação na gestão da escola pública que se tem notícia surgiram durante a gestão de Anísio Teixeira, como Secretário de Educação no Distrito Federal, nos anos de 1931-1935. Segundo Bastos “os movimentos pela gestão democrática não surgem isolados, mas no interior de ações pela melhoria das condições de trabalho, e por melhores salários dos professores e dos funcionários públicos” (2005, p. 18).

Ela é uma prática que pode contribuir para a conscientização democrática e a participação popular no interior da escola, o que logicamente não garante uma escola de qualidade, mas introduz uma nova cultura na escola: a politização, a liberdade de organização, o debate, enfim, condições mínimas necessárias para os sujeitos individuais, coletivamente exercerem seu direito de acesso e permanência de seus filhos na escola pública.

Ainda de acordo com Bastos (2005),

Anísio Teixeira (1997, p. 33-35) foi o primeiro administrador público a relacionar democracia com administração da educação. Seu projeto de educação concebia a escola como o único caminho para a democracia. A democracia é o regime capaz de fornecer os instrumentos necessários ao controle social da sociedade sobre a coisa pública (TEIXEIRA, 1997, p. 33-35 *apud* BASTOS, 2005, p.20 ).

Há algumas décadas, não obstante, as lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade serem foco de reivindicações de diversos segmentos da sociedade essas se acentuaram a partir da década de 1980, resultando na aprovação do princípio de “gestão democrática do ensino público”, na Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, no Inciso VI, do art. 206. Ela estabeleceu como princípios para a educação brasileira, a obrigatoriedade, a gratuidade, a liberdade, a igualdade e a gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Sendo assim, atualmente, gestão democrática é um preceito constitucional e, por isso é muito mais que um princípio pedagógico. Temos como cláusula pétrea estabelecida no parágrafo único do artigo primeiro da referida Constituição que “todo

o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Com isso, na democracia, seja ela participativa (direta) ou representativa (indireta) entende-se a participação social e popular como princípio inerente a ela. Ainda em seu Artigo 205 ela determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O princípio da gestão democrática estabelece a necessidade de que a gestão das escolas se efetive por meio de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar. Assim, entendemos por gestão democrática a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram.

A gestão democrática do ensino público é reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu Art. 14, o qual fala diretamente que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades”.

Ainda estabelece a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. E, com base nisso, asseguram-se “progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira” (Art.15).

A democratização da escola e dos sistemas de ensino trata-se de um processo a ser construído coletivamente, no qual o importante é compreender que esse processo não se efetiva por imposição, mas é resultante de uma conquista. É necessário despertar a motivação que é a força que coloca a pessoa em ação e que acorda a disponibilidade de se transformar. É o que move, que leva a agir e a realizar alguma coisa.

Segundo Paro (2005) o homem só se faz sujeito quando participa, produzindo uma ação e respondendo por ela, e essa ação só é produzida coletivamente, sendo que o homem não se faz só.

É de suma importância definir a concepção de gestão democrática que se quer implantar para a efetivação ou não dos processos de participação e decisão. A gestão democrática surge num momento, em que não cabe mais a escola continuar

com o modelo convencional. É necessário inserir todos os atores que estiverem direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional na construção de um plano de metas compartilhado, visando uma melhoria na qualidade de ensino. Devido à estrutura organizacional e centralizadora pela qual a educação brasileira passou em toda a sua história, tendo claramente demarcado a função de cada um, sabe-se que criar um ambiente participativo, de trocas de aprendizado, não é fácil.

Sabemos que a escola é um espaço constituído de diferenças e contradições por isso, torna-se necessário construir nela um processo de participação baseado nas relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, exercitando a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, de modo a garantir a liberdade de expressão, a convivência democrática, em busca da construção de projetos coletivos. Todavia essa organização de espaços colegiados não começa na escola de forma aleatória, ela se realiza em diferentes instâncias de poder, que vão do Conselho Nacional aos Conselhos Estaduais e Municipais, e Escolares. Esses espaços e organizações são fundamentais para a definição de políticas educacionais que orientem a prática educativa e os processos de participação, segundo diretrizes e princípios definidos nessas várias instâncias.

A construção de uma escola pública democrática, plural e com qualidade social demanda a consolidação e o inter-relacionamento dos diferentes órgãos colegiados, entre eles, o Conselho Escolar que tem papel decisivo nesse processo.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em seu Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004), destaca a importância do projeto político-pedagógico, pois:

Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa. (MEC, 2004, p. 22).

Sabemos que avanços reais para a grande maioria da população serão conquistados quando a democracia for se tornando, cada vez mais, uma democracia

participativa. A concepção democrático-participativa se adapta à busca da democratização da escola por ter como característica a relação orgânica existente entre setores da escola, na importância que se dá à busca de objetivos comuns a todos e também por defender uma forma de tomada de decisão coletiva, onde cada membro assume sua parte e responsabilidade no trabalho.

Outra característica importante dessa concepção é a ênfase nas relações humanas. É notório que a escola pública pode contribuir significativamente para a democratização da sociedade, além de ser também um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, preparando para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

A gestão participativa se propõe como condição para resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar. Sobre essa consideração Libâneo (2006) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

A gestão participativa da escola é então percebida como meio capaz de possibilitar maior envolvimento dos profissionais na democratização da gestão escolar no que se refere à tomada de decisões nas práticas cotidianas. Essa contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta e exige a gestão democrática na escola que consiste em transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência.

Segundo Gadotti e Romão (1997, *apud* LIBÂNEO, 2001), a participação influencia na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim,

acompanhar melhor a educação ali oferecida (GADOTTI e ROMÃO,1997 *apud* LIBÂNEO, 2001, p.113).

Democratizar a gestão requer fundamentalmente, que a sociedade possa participar do processo de reformulação, avaliação e fiscalização da execução do Projeto Político-Pedagógico da escola, tendo em vista que a sociedade materializa-se através de incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos diretamente ou indiretamente no processo educativo.

É impossível falar em gestão participativa sem a presença atuante da comunidade escolar (professores, alunos, funcionários e pais) e comunidade local (amigos da escola e parcerias). Todavia sabe-se das dificuldades enfrentadas pelos gestores quanto à questão da participação, pois são poucos os que se disponibilizam a cooperar com o processo educativo. Pois é fundamental que nesse processo de participação a escola busque instrumentos que motivem a unidade entre a família, gestão, comunidade, professores, alunos, funcionários na qual cada um se sinta responsável em transformar a educação. Porém, existe também a necessidade relevante de instrumentalizar todos esses partícipes e, quanto a isto, o Ministério da Educação e Cultura cita, no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, a seguinte observação de Freire:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE *apud* MEC, 2004, p.9).

## **2.2 Projeto político-pedagógico**

A escola é o local onde podemos/devemos iniciar uma proposta inclusiva, um espaço de compromisso e responsabilidade com uma sociedade democrática e livre para todos os alunos, sem exceções. Não temos como criar, de modo geral, receitas nem modelos muito menos manual de usuário, uma vez que cada escola é formada por sujeitos singulares e isto a torna única. Contudo, sabemos que a educação sofre a influência de políticas neoliberais dominantes e por isso, Santomé (2001) escreve um artigo que defende:

(...) a ideia de uma democracia dialogante, onde as salas de aula são convertidas em espaços onde se garante a liberdade para expressar ideias e convicções. Somente aí se recupera a verdadeira razão de ser da escola: a de um espaço onde se aprende a ser cidadãos e cidadãs, a analisar informada e criticamente o que está ocorrendo na sociedade e a criar disposições e atitudes positivas de colaboração e participação na resolução de problemas colectivos. (SANTOMÉ, 2001, p.51)

Frente a isso, é preciso encarar seus medos, incertezas, preconceitos, dificuldades e, sobretudo, percebendo a necessidade de mudanças estruturais, numa perspectiva que cuide do individual para o coletivo e vice-versa, pois inclusão é um processo construído por todos e para todos. Sua comunidade é composta por alunos, pais, funcionários, professores, gestores e às vezes até mesmo pessoas voluntárias que, de algum modo estejam inseridos nesse universo escolar.

De acordo com a LDB 9394/96, o Projeto Político-Pedagógico que, passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão, está inserido na conquista da gestão democrática da educação. Segundo o art. 14, inciso II está assegurada a participação de toda a comunidade escolar e é defendida uma gestão democrática, com transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência. Embora a legislação assegure a possibilidade de cada instituição de ensino elaborar seu Projeto Político-Pedagógico, são os sujeitos da escola que garantem a sua realização. Porém, isto não é suficiente: é fundamental que a escola reconheça que todos os seus atores precisam estar imbricados neste processo e tornarem-se responsáveis pelos serviços educacionais que ela presta à comunidade, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Sendo esta a finalidade máxima do projeto.

Entre os princípios norteadores do projeto pedagógico implícitos no art. 3º da LDB, nº 9.394/96, um deles é a "igualdade de condições para acesso e permanência na escola", também previsto no art. 206, inciso I da Constituição Federal de 1988 e no primeiro inciso do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1991).

Não obstante a este, um dos grandes desafios da educação é a permanência das crianças e jovens na rede escolar pública, principalmente pela falta de sedução, de encantamento, de atração e pela desarmonia em relação às realidades da clientela e da sociedade de modo geral. Todavia, sabemos que o Projeto Político-Pedagógico indo efetivamente além de sua existência legal, pode ser usado como um importante instrumento para promover a democracia escolar e assim moderar os

números alarmantes da evasão escolar e, ao ser disponibilizado, pode ser (re)construído e utilizado pelos sujeitos que efetivamente aspiram a mudança.

Segundo Vasconcellos (1995, p. 143), “é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa”. É a sistematização de um processo de planejamento participativo que não é definitivo, porém se aprimora e se concretiza durante o percurso, à medida que evidencia o tipo de ação educativa que se quer realizar. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. De forma participativa, estes expressam suas concepções (de sociedade, escola, relação ensino-aprendizagem, avaliação etc.) nos mais diversos aspectos da educação e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar.

Como bem afirma Gadotti (1998, p.16), “O Projeto Político Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, e cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais”. Destarte, diante das inúmeras mudanças de pessoal que ocorrem durante o ano e a cada novo ano letivo, existe uma necessidade, *a priori* desta comunidade imbricada no processo, conhecê-lo, pois baseado em Piaget, (1972, p.4) "Conhecer é modificar, transformar o objeto, e compreender o processo dessa transformação e, conseqüentemente, compreender o modo como o objeto é construído". Quando somos sujeitos da ação, logo conhecemos o seu conteúdo e assim, sabemos da responsabilidade de revê-lo periodicamente, pois segundo Gadotti, (1997, p. 33) “o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da ‘cara’ que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere”. Outros autores ainda como Veiga (2009) e Libâneo (2008) afirmam que o projeto sendo o documento que é, tendo que expressar os propósitos e expectativas da comunidade escolar, à medida que esta comunidade se altera naturalmente faz-se necessário uma constante análise e reflexão sobre a sua ação educativa, de forma que pode ser alterado sempre que for necessário. Seu objetivo é identificar e valorizar anseios, aspirações e ideais, além de propiciar a organização do trabalho pedagógico e a utilização dos tempos e espaços escolares. Com isso, mesmo no âmbito das diretrizes gerais da política educacional e de uma autonomia relativa, permite, dentre tantas limitações, que a comunidade escolar

possa analisar, refletir, definir e construir coletivamente os pilares de sua trajetória histórico-social.

Neste mesmo viés, Veiga (2003) esclarece que tanto a inovação regulatória como a emancipatória provocam mudanças na escola, entretanto, deve-se considerar as diferenças substanciais existentes entre elas. As inovações emancipatórias originam-se e têm seu destino nas necessidades do coletivo escolar, enquanto as inovações regulatórias são decorrentes de recomendações e/ou determinações externas à escola. Desta forma, não sendo resultado de processos participativos e partilhados pela comunidade escolar, tendem a ser burocratizadas.

É justamente na perspectiva emancipatória do Projeto Político-Pedagógico que buscamos desenvolver práticas dialógicas e democráticas caracterizando-o como a voz plural dos diversos atores que interagem na dinâmica pedagógica e organizacional da escola. Isto se dá pela legitimidade que adquire à medida que, expõe concepções e proposições de sua própria comunidade.

Na Escola de Gestores, do Ministério da Educação e Cultura (2009), as palavras de Oliveira são salientadas ao afirmar que:

A comunidade escolar como um todo possui o direito e o dever de tornar públicas as informações relevantes de interesse coletivo. Neste sentido, para tornar comum, informações, problemas, soluções, projetos, necessitamos intensificar processos de comunicação no ambiente escolar. Por exemplo, o Projeto Político-Pedagógico – PPP, como instrumento de participação e de gestão democrática, precisa ser entendido como um documento público, comum a todos que compõem a comunidade escolar, e, para tanto, a sua comunicação é imprescindível nesse processo. Tornar comum tanto a construção do documento quanto a sua operacionalização e avaliação. (OLIVEIRA, *apud* MEC 2009, p.05).

Visto que, tão importante documento deve ser o “retrato” de sua comunidade, pois, de acordo com Veiga (2000, p.186), “quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva gera fortes sentimentos de pertença e identidade”. Mas esta adesão à construção do projeto, de forma alguma pode ser imposta ao grupo e é competência da equipe coordenadora promover a conquista da mesma. E, com isso, cabe especialmente ao coordenador pedagógico desempenhar as funções de motivador e mobilizador da reflexão, do diálogo e da comunicação no âmbito do planejamento dialógico participativo. Conforme afirma Vasconcellos (2013, p. 45), “o Planejamento Participativo é um instrumento teórico-metodológico de luta, para intervenção desejada e refletida no real, possibilitando o avanço de



uma educação democrática e transformadora”. Nesse processo, a escola se reconhece como um espaço de construção coletiva e cabe a ela decidir se quer ou não fazer uso deste direito que é seu, descobrindo alternativas viáveis para garantir um trabalho que possibilite uma educação pública de qualidade.

Quanto a isso, Eyng (2002) enfatiza que:

O educador e a equipe envolvida devem ter clareza do referencial teórico-aplicativo<sup>1</sup> adotado ou a ser adotado na construção e operacionalização da proposta pedagógica da escola. Somente a compreensão e a clareza do referencial teórico darão efetividade e sentido à prática que se desenvolve com o intuito de construir coletivamente a formação desejada em um contexto definido. (EYNG, 2002. p. 60).

O Projeto Político-Pedagógico sendo um documento de tamanha importância na escola não deve jamais ocultar sua principal necessidade de implementação: seu corpo discente, objeto único e principal da existência das escolas. Mesmo que a comunidade escolar tenha consciência das potencialidades e fragilidades de seu contexto (sejam sociais, estruturais, afetivos e/ou cognitivos), é sempre oportuno rever, nas reuniões pedagógicas e com os pais, o papel da escola na vida das crianças. E, precisamos ir além...

No intuito de melhor administrar uma organização escolar, temos como pontos principais para a construção do projeto a valorização de toda a equipe, pautando sincronismo e harmonia entre as ações dos componentes do grupo, imprescindível para conquistar bons resultados. Outro ponto é a boa liderança, fator indispensável para melhor coordenar as diferentes ideias, fazendo as considerações e alterações necessárias, buscando a melhor solução.

Contudo, mesmo havendo um líder, acreditamos que deve haver autonomia de pensamento entre os integrantes desse grupo quanto à tomada de decisões, otimizando assim uma boa gestão democrática participativa. Executar o solo de uma obra musical não é tarefa fácil, pois toda a responsabilidade recai unicamente sobre o artista. Porém, quando executado em equipe, ganhamos na variedade de timbres, em extensão além da quantidade de notas executadas ao mesmo tempo, fazendo assim, com que o compromisso do resultado seja compartilhado com todos. Desta forma, vimos claramente a importância da autonomia de cada pessoa ao realizar o seu trabalho, a participação em grupo que serve para valorizar a obra e inclusive

---

<sup>1</sup>Apresenta a teoria que dará a base do projeto. São as ideias que orientam a atuação dos

gera um sentimento de pertencimento àquela equipe. Lembrando que, para que tudo isso aconteça é necessário uma regência bem feita pelo maestro juntamente com sua equipe de solistas de cada naipe.

Concordamos com Vasconcellos (2013) e reafirmamos:

Que projetar a instituição é tarefa de seus agentes e não de “especialistas” e/ou “burocratas” do sistema educacional. É o coletivo que vai fazer sua leitura da realidade, manifestar seus objetivos e assumir compromissos com a prática transformadora, de tal forma que o Projeto contemple sua singularidade e tenha a *cara* da escola. As estratégias de imposição – explícita ou camuflada- de projetos a partir do exterior têm fracassado sistematicamente.

A elaboração participativa do Projeto Político-Pedagógico é uma oportunidade ímpar de a comunidade definir em conjunto a escola que deseja construir (*Marco Referencial*), avaliar a distância que se encontra do horizonte almejado (*Diagnóstico*) e definir os passos a serem dados para diminuir esta distância (*Programação*). (VASCONCELLOS, 2013, p. 27).

Nesta linha do Planejamento Participativo, o Projeto Político-Pedagógico constitui-se de três partes:

- **Marco Referencial** é a definição dos critérios, dos parâmetros (aquilo que é o ideal para nossa comunidade, nossos sonhos). Divide-se em três marcos:

- Situacional – expressa por uma visão geral, a identificação da realidade na qual está inserida a instituição escolar. Caracteriza-se por indagações do tipo: Como percebemos a realidade? Que escola é a nossa? Onde estamos?
- Político/Filosófico - relaciona-se ao ideal geral da instituição. Perguntas que precisam ser respondidas como: Que escola desejamos? Que valores políticos e sociais nos orientarão?
- Operativo – é a proposta de ação para os diversos aspectos relevantes da instituição em relação às suas finalidades e ao que se deseja para a mesma. É o ideal específico da instituição. Refere-se à forma de ação e/ou operacionalização dos ideais identificados no marco político/filosófico. Como alcançar o que desejamos? De que maneira pensamos o horizonte de nossas ações?

Nas palavras de Gandin (1991):

O Marco Operativo expressa a utopia instrumental do grupo. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e à instituição e fundamenta essas opções em teoria.[...] Assim, o marco operativo refere-se à realidade desejada do campo de ação e (sobretudo) da instituição em processo de Planejamento. (GANDIN, 1991, p. 28).

Nesse sentido, não podemos esquecer o princípio da exequibilidade, que representa a capacidade de tornar realidade, e não apenas ficar no sonho. É estabelecer um sonho possível de ser realizado, a partir das condições concretas de cada escola.

O Marco Operativo não é mera programação de ações concretas a serem executadas, pois é um plano de ação nas três dimensões do trabalho escolar: pedagógica, administrativa e comunitária. Ele pode ser entendido como uma espécie de síntese, como mediador na relação estabelecida entre o Marco Situacional e o Marco Filosófico e, à luz dos elementos estruturais da realidade, remete às finalidades e concepções filosóficas, encaminhando para a elaboração de um diagnóstico da situação particular da escola.

- **Diagnóstico** – É uma análise mais específica sobre a realidade escolar que temos. É o estabelecimento de um juízo em cima dos elementos da realidade colhidos pela pesquisa, uma tomada de posição.

Segundo Vasconcellos (2013, p.48) “O Diagnóstico funciona como um ‘balanço geral’ da escola...” Por isso, vai além dos limites de um simples levantamento de dados e informações sobre a realidade escolar, pois requer também a leitura e interpretação dos fatos à luz da filosofia político-pedagógica estabelecida no Marco Filosófico. Podemos dizer que o Diagnóstico situa a distância entre o nosso ponto de partida (a realidade que temos) e o nosso ponto de chegada (a realidade que queremos). Ele não é um simples retrato da realidade ou apenas um levantamento de dificuldades, mas, antes de tudo, é um olhar atencioso que viabiliza a identificação das potencialidades e também das fragilidades da realidade escolar. Destacamos, assim, que sua finalidade é identificar os problemas mais relevantes da comunidade escolar que necessitam de intervenção, mas, ao mesmo tempo, também propicia a identificação dos pontos fortes da realidade que podem ser aprimorados e realocados para diversos fins e inclusive redirecioná-los como suporte à resolução e/ou ao equacionamento da problemática identificada.

Vasconcellos (2000) ainda afirma que:

(...) diagnosticar significa ir além da percepção imediata, da mera opinião (do grego, doxa) ou descrição, e problematizar a realidade, procurar apreender suas contradições, seu movimento interno, de tal forma que se possa superá-la por uma nova prática, fertilizada pela reflexão teórico-crítica. (VASCONCELLOS, 2000, p. 190).

Ao construir seu Diagnóstico, a escola deve levar em consideração duas dimensões muito importantes. Uma está relacionada às normas, regulamentações e exigências legais para com o currículo, metodologias e procedimentos de avaliação. E a segunda dimensão diz respeito às práticas e necessidades dos protagonistas da escola (alunos, pais, funcionários, professores, gestores e até mesmo associações comunitárias) que criam novas dinâmicas de trabalho e interferem nos rumos da escola.

- **Programação-** é um conjunto de ações assumidas pela instituição escolar em determinados espaços e tempos visando à resolução de problemas e a superação das dificuldades encontradas, ou seja, é uma proposta de ação.

A programação, nas palavras de Gandin (1991, p.45) “é uma proposta de ação para dirimir a distância entre a realidade da instituição que planeja e o que estabelece o marco operativo. Dito de outra forma é a proposta de ação para sanar (satisfazer) as necessidades apresentadas pelo diagnóstico”.

É o que os agentes escolares vão fazer para realizar o sonho possível. Neste momento, devemos novamente observar o princípio da exequibilidade, indagar a respeito da viabilidade de executar o que se propõe.

Conforme Vasconcellos (2000) esclarece

(...) a programação é fruto da tensão realidade-desejo; surge como forma de superação da realidade (ainda que parcial, dados os limites) em direção ao desejado (dada a utopia, a força da vontade política). Esta tensão vai nos dar o horizonte do histórico-viável. (VASCONCELLOS, 2000, p. 195).








Uma boa programação é marcada pelo alto grau de exequibilidade das ações e pela interação entre marco referencial, diagnóstico e o plano de ações. Dessa forma, é preciso observar a natureza da participação dos diferentes sujeitos sociais que interagem na dinâmica organizacional e a qualidade das ações a serem realizadas.

Os princípios da viabilidade e exequibilidade são reforçados por Padilha (2001, p. 88), além de ressaltar que “o conjunto dessas ações deve representar, o

mais possível, a vontade da maioria do coletivo escolar, devendo ser estabelecidas consolidações mínimas pelas quais todos possam ser corresponsáveis”.

A seguir, temos uma tabela que permite, de modo sintético, visualizarmos a elaboração do PPP:

Tabela 1 - Visão geral da elaboração do PPP

<b>Partes</b>	<b>Significado</b>	<b>Função</b>
<b>I-Marco Referencial</b> 1. Marco Situacional (leitura da realidade geral) 2. Marco Filosófico (ideal geral) 3. Marco Operativo (ideal específico)	<b>Ideal</b> O que desejamos. Tomada de posição: explicitação das opções e dos valores assumidos Posicionamento: ✓ Político ✓ Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tensionar a realidade no sentido da sua Superação/Transformação               <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fornecer parâmetros, critérios para o Diagnóstico</li> </ul> </li> </ul>
		
<b>II-Diagnóstico</b> Pesquisa + Análise  Necessidades	<b>Busca das Necessidades</b> A partir da Análise da Realidade e/ou da comparação com o Ideal saber a que distância estamos do desejado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer a realidade               <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Julgar a realidade</li> </ul> </li> <li>▪ Chegar às necessidades</li> </ul>
		
<b>III-Programação</b> ✓ Ação Concreta ✓ Linha de Ação ✓ Atividade Permanente ✓ Norma	<b>Proposta de Ação</b> O que é necessário e possível ser feito para diminuir a distância	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Decidir a Ação para diminuir a distância em relação ao ideal desejado.</li> </ul>

Fonte: Coordenação do Trabalho Pedagógico/ Celso dos S. Vasconcellos (2013, p.23)

Padilha (2001), aliado a Vasconcellos, esclarece que a programação refere-se à proposta de ações, que podem se desdobrar em quatro formas de organização da prática:

✓ **Ações concretas** - definidas como sendo ações que têm caráter de terminalidade. Ao elaborarmos uma proposta de ação concreta devemos explicitar que tipo de ação se propõe e com qual finalidade.

✓ **Linhas de ação** - princípios e políticas adotadas e que indica um comportamento, um modo de ser ou agir. Referem-se às orientações gerais. Pode vir acompanhada de um conjunto de estratégias.

✓ **Atividades permanentes** - Configuram-se nas ações que se repetem, tais como as rotinas, atividades periódicas.

✓ **Normas** - São as ações que assumem um caráter obrigatório.

Na elaboração das formas de mediação (Programação), a questão do “sonho”, da utopia geralmente é polêmica. Por isso, convém lembrarmos que é necessário definirmos uma política de prioridades para que possamos caminhar rumo ao sonho possível. O mesmo ocorre com a escola, o sonho possível é de todos e todos juntos é que vão definir as prioridades para alcance do sonho. Todos juntos se ajudam a realizar o sonho da escola desejada. A fim de evitar qualquer tipo de distorção neste aspecto, Vasconcellos (2013) explicita o papel do *sonho* no Projeto:

Tabela 2 - Lugar do Sonho no PPP

<b>Partes do PPP</b>	<b>Lugar do Sonho: pode-se sonhar?</b>
<b>Marco Referencial</b>	Deve-se; hora de alçar voos (não importa se são ou não viáveis neste momento histórico)
<b>Diagnóstico</b>	De forma alguma; pé no chão; ver bem a realidade (nos seus aspectos positivos e negativos)
<b>Programação</b>	Sonhar o sonho possível; sonho já dimensionado em função do confronto com a realidade.

Fonte: Coordenação do Trabalho Pedagógico/ Celso dos S. Vasconcellos (2013, p.23)

O processo de planejamento, indiscutivelmente, é complexo, pois a realidade a ser modificada, em virtude das suas diversidades é também muito complexa. O Projeto Político-Pedagógico na perspectiva do Planejamento Participativo é uma grande ferramenta teórico-metodológica de intervenção para a transformação da realidade educacional. Funciona como um mediador que ajuda a organizar e expressar o desejado e o vivido, dando consciência da distância que existe entre ambos, bem como diminuindo essa distância. Destarte Veiga (2009, p. 138) afirma

que “o planejamento participativo pode constituir-se num instrumental pedagógico de grande valia para potenciar e trabalhar o processo de maturação desses indivíduos”. E, para evitar desafinações em nossa melodia é aconselhável e porque não dizer, necessário prevermos na etapa da Programação, a avaliação do projeto como uma estratégia de mediação. Sabemos que no momento da avaliação geral do projeto é normal que algumas expectativas não sejam atingidas, gerando assim certa frustração em algumas pessoas, protagonistas no processo, por acharem que mais problemas da escola seriam resolvidos pelo mesmo.

Um roteiro para avaliação do projeto bastante interessante é sugerido por Vasconcellos (2013). Vejamos a seguir:

✓ Análise da Programação

- Ações Concretas: visão geral do processo. O que foi e o que não foi realizado? O que está acontecendo? O que será ainda? O que não foi programado, mas aconteceu?
- Atividades Permanentes: aconteceram? Satisfizeram as necessidades do grupo? Estas atividades se incluíram no espírito global de nossa ação?
- Linhas de Ação: auxiliaram a caminhada? Até que ponto foi vivenciado cada linha de ação?
- Normas: houve cumprimento delas? O estabelecimento de normas pelo grupo ajudou a alcançar as finalidades da instituição?
- Geral: até onde todo esse esforço e trabalho já desenvolvido tem nos feito avançar na direção proposta em nosso Marco Filosófico e em nosso Marco Operativo?

✓ Análise das Necessidades - Rever as necessidades: quais foram providas? Quais persistem? Quais surgiram? Pode ser feito o detalhamento, uma especificação, uma definição mais concisa das necessidades apuradas.

✓ Análise do Marco Referencial - Auxiliou no esclarecimento da prática? É preciso rever algum ponto do Marco Referencial?

A avaliação pode ser feita, segundo Padilha (2001) através de procedimentos variados como:

- Observação- o coordenador deve responder as seguintes questões: eleger o objeto de investigação (o quê?), elaborar objetivos claros (para quê?), identificar contextos e momentos específicos (quando e onde?) e estabelecer formas de registro apropriado (como?)
- Debate – é a troca de experiências no grupo. É uma oportunidade de o indivíduo expor a sua forma de compreender os temas em questão.
- Registro – pode ser feito de várias formas: questionários, relatórios, esquemas, gravuras, sínteses, fotografias, vídeo/filmadora e outros.

A seguir, apresentamos o processo de (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, objeto deste Relatório.



### 3 ORGANIZANDO A ORQUESTRA PARA O CONCERTO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas localiza-se no município de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul, que teve o povoamento da região sede iniciado em 1800, emancipando-se em 1872. Inicialmente, denominou-se Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito; posteriormente, passou a chamar-se somente Dom Pedrito. A partir de 1888, a sede foi elevada à categoria de cidade.

Esta região foi duramente atingida por três conflitos armados, Revolução Farroupilha, Revolução Federalista de 1893 e pela Revolução de 1923. O Tratado de Paz da *Revolução Farroupilha* ocorreu nos campos do Ponche Verde (subdistrito de Dom Pedrito), o que levou a cidade a ter a denominação de *Capital da Paz*.

Após a *Revolução de 1923* o progresso tomou grande impulso na zona, principalmente nos setores de criação de gado e triticultura. Dom Pedrito sempre manteve sua área geográfica desde sua emancipação, não tendo dado origem a nenhum outro município.

No final do século XX houve grande impulso na orizicultura no município. No início do século XXI iniciou-se o plantio de uvas para a elaboração industrial de vinho e oliveiras. O município também cultiva outras frutas, como o melão.

O município de Dom Pedrito se limita ao sul, em curta fronteira, com o Departamento de Rivera, Uruguai. No estado, se limita a oeste com Santana do Livramento, ao norte com Rosário do Sul, com São Gabriel (limite municipal bem curto) e com Lavras do Sul. A leste o limite é com Bagé. A distância até a capital do Estado é de 441 km.

Figura 1: Características geográficas de Dom Pedrito

Características geográficas	
<u>Área</u>	5 192,105 <u>km<sup>2</sup></u> <sup>2</sup>
<u>População</u>	38 916 <u>hab.</u> Censo <u>IBGE/2010</u> <sup>3</sup>
<u>Densidade</u>	7,5 hab./km <sup>2</sup>
<u>Clima</u>	Subtropical
<u>Fuso horário</u>	<u>UTC-3</u>

Indicadores	
<b>IDH-M</b>	0,783 <i>alto</i> <a href="#">PNUD/2000</a> <sup>4</sup>
<b>PIB</b>	R\$ 602 521,780 mil <a href="#">IBGE/2008</a> <sup>5</sup>
<b>PIB per capita</b>	R\$ 15 468,31 <a href="#">IBGE/2008</a> <sup>5</sup>
Página oficial	

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom\\_Pedrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Pedrito)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2010 do município de Dom Pedrito foi de 0,708, enquanto que do Brasil foi de 0,744 e do Rio Grande do Sul, 0,746. (<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>).

Figura 2: Localização do município de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom\\_Pedrito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Pedrito)

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas foi Escola Municipal com a denominação de Grupo Escolar Silveira Martins até que, em

março de 1957, foi encampada pelo Estado, e passou a denominar-se Grupo Escolar Coronel Urbano das Chagas, em homenagem ao pedritense Urbano das Chagas que bravamente lutou na Guerra do Paraguai ao lado do general Antônio de Souza Netto. Inicialmente, a escola atendia 129 alunos e tinha 13 professores, com sede na Rua Coronel Urbano, esquina Duque de Caxias. Desde 1973, a escola passou a funcionar em prédio próprio, na Rua Ministro Demétrio Mércio Xavier, 1359, em área central do município. Ao longo dos anos, a escola foi crescendo, seu prédio foi ampliado, assim como seu prestígio através da participação ativa na comunidade, escrevendo sua história junto aos demais segmentos da sociedade, contribuindo para a construção e conservação do patrimônio cultural do povo pedritense, o que também se estende além do nosso município, através dos intercâmbios com outras localidades.

Atualmente este Estabelecimento de Ensino é dirigido pela professora Cilene Maria Camponogara Friedrich e pelas vice-diretoras Lisiane de Freitas Rossato, Rosângela Carrera Macedo e Ana Cecy Xavier Machado de Leon, atende 881 alunos, contando com 56 professores e 13 funcionários, oferecendo, em três turnos, o Ensino Fundamental de nove anos. Seu Projeto Político-Pedagógico foi revisado pela última vez no ano de 2011, de agosto até dezembro, de acordo com o registro das atas analisadas, apenas com a participação dos professores e funcionários.

Para melhor conhecermos a orquestra que apresentará o Concerto Político-Pedagógico, convém analisarmos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais do Estado do Rio Grande do Sul, no município de Dom Pedrito, a fim de identificarmos o contexto onde a Escola Estadual Coronel Urbano das Chagas está inserida. Comparando o resultado dos anos iniciais entre as escolas e dela mesma no decorrer dos anos, verificamos um desempenho bastante satisfatório, enquanto nos anos finais precisamos aprimorar, um pouco mais, nossa práxis.

Vejamos a seguir os dados pesquisados, de acordo com os resultados divulgados em 2014:

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Resultados e Metas

Tabela 3 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

No gráfico anterior, os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta e observa-se que, a partir de 2007 até 2013, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com exceção da rede privada, em 2011 e 2013, todas as dependências administrativas sejam na esfera pública, tanto estadual como municipal ou na esfera privada, nos anos iniciais, ultrapassaram a meta estabelecida. Dessa forma, comprova-se que está havendo um crescimento nos anos iniciais da Educação Básica no país. Vale ressaltar que, desde o ano de 2012, foi criado o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Suas ações apoiam-se em quatro eixos de atuação: formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas; gestão, mobilização e controle social.

Tabela 4 - Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.5	<b>3.8</b>	<b>4.0</b>	<b>4.1</b>	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3.3	<b>3.6</b>	<b>3.8</b>	<b>3.9</b>	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
<b>Municipal</b>	3.1	<b>3.4</b>	<b>3.6</b>	<b>3.8</b>	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
<b>Privada</b>	5.8	<b>5.8</b>	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
<b>Pública</b>	3.2	<b>3.5</b>	<b>3.7</b>	<b>3.9</b>	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Observamos na Tabela 4 que, exceto na rede privada que só atingiu a meta estabelecida em 2007, as demais redes, nos anos/séries finais da Educação Básica que superaram suas metas até 2011, apresentaram um crescimento muito pouco significativo, tendo ficado abaixo das metas previstas. Destacamos que, diferente dos anos iniciais, para os anos finais, ainda não existe um programa mais rigoroso de formação e valorização para os professores, por parte do governo tanto na esfera federal quanto na estadual.

Tabela 5 - Parâmetros no RS – Anos Iniciais

4ª série/ 5º ano													
Estado	Ideb observado					Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
RS	4.2	<b>4.5</b>	<b>4.8</b>	<b>5.1</b>	<b>5.5</b>	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Conforme o gráfico, os anos iniciais, no Estado do Rio Grande do Sul têm superado as metas até então.

Tabela 6 - Parâmetros no RS – Anos Finais

8ª série/9º ano													
Estado	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
RS	3.5	<b>3.7</b>	<b>3.8</b>	3.8	3.9	3.5	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Nos anos/séries finais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul, a meta foi ultrapassada em 2007 e 2009, porém, em 2011 e 2013 não foi atingida, deixando um índice negativo de 0,5.

Tabela 7 - Parâmetros em Dom Pedrito – Anos Iniciais

4ª série/ 5º ano													
	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Dom Pedrito	4.1	4.3	4.8	4.9	5.4	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

No município de Dom Pedrito/RS, nos anos iniciais, os resultados até então, sempre foram além das metas estabelecidas.

Tabela 8 - Parâmetros em Dom Pedrito – Anos Finais

8ª série/ 9º ano													
	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Dom Pedrito	3.1	3.4	3.3	3.4	3.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Todavia, nos anos/séries finais em Dom Pedrito/RS, a meta foi superada em 2007, atingida em 2009, ficou abaixo do estabelecido em 2011 e caiu, consideravelmente, em 2013, atingindo o índice de 2005. Apesar do decréscimo quanto às metas de 2007 e 2009, observa-se que não houve crescimento em 2011 comparado a 2007, apenas uma recuperação, comparado a 2009 e uma defasagem de 0,8 no índice estabelecido para 2013.

Tabela 9 - Parâmetros na Escola Urbano – Anos Iniciais

4ª série/ 5º ano													
	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEEF Cel Urbano das Chagas	5.2	5.2	5.8	6.6	6.6	5.3	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6	6.9	7.1

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

A Escola Urbano das Chagas, nos anos iniciais, em 2007, não alcançou a meta, a partir daí mudaram seus resultados. Em 2009, superou em 0.2 e, em 2011, ultrapassou 0.7 do proposto, tendo mantido o mesmo índice em 2013. Constata-se, portanto, que houve uma melhoria considerável em sua práxis pedagógica comprovada através dos índices de desenvolvimento que, todavia precisa continuar crescente.

Tabela 10 - Parâmetros na Escola Urbano – Anos Finais

8ª série/ 9º ano													
Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEEF Cel Urbano das Chagas	3.2	3.7	3.3	3.7	3.4	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Quanto aos anos/séries finais na Escola Urbano das Chagas, embora tenha havido superação da meta de 2007 a 2011, verificamos, assim como na análise do município de Dom Pedrito, que além de não ter apresentado crescimento nos índices, surge um decréscimo com defasagem de 0.6, em relação à meta projetada para 2013. Comparando 2011 com 2007 o resultado é o mesmo, o que apenas demonstra recuperação em relação a 2009 quando, à semelhança de 2013, houve um decréscimo.

Diante disso, necessitamos urgentemente, estabelecer um projeto que, envolvendo todos os sujeitos imbricados no processo, promova uma qualificação em nosso trabalho e proporcione um aprimoramento em nossa práxis pedagógica, de modo que, continuemos a alcançar e até mesmo superar as metas estabelecidas.

### 3.1 Pesquisando o repertório

A pesquisa documental é um procedimento metodológico muito importante e, por isso bastante utilizado em ciências humanas e sociais visto que a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre fontes basilares do trabalho de investigação.

De acordo com o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa, podemos caracterizar como um, senão, o principal caminho de concretização da investigação

ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Surge como um método de escolha e de verificação de dados; aponta o acesso às fontes pertinentes, e dessa forma, faz parte integrante da investigação que tem por fim a descoberta de fatos.

Neste caso, é uma possibilidade que se tem de partir dos dados passados, fazer algumas proposições para o futuro além da importância de se compreender nossos antecedentes numa espécie de reconstrução das vivências na escola. Destarte a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreensão dos fenômenos e dar clareza à forma como estes têm sido desenvolvidos.

Conforme Cellard (2008), o documento escrito é uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador nas ciências sociais.

Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008. p. 295).

Desta forma, podemos até qualificar como documento um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação. Pois segundo Cellard (2008, p. 296) “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte””.

Numa definição mais ampla de documento, Appolinário (2009) descreve:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros. (APPOLINÁRIO, 2009, p.67).

Precisamos levar em consideração uma recomendação muito importante de Oliveira (2007, p. 70) “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

A fase final da pesquisa documental consistirá num novo julgamento das categorias quanto à sua abrangência e delimitação. Ludke e André (1986) nos dão a seguinte orientação:



Quando não há mais documentos para analisar, quando a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, em vista do esforço despendido, e quando há um sentido de integração na informação já obtida, é um bom sinal para concluir o estudo (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.44).

Ao concluirmos esta fase, partimos para uma nova ação em nossa metodologia. De acordo com Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

A pesquisa é a atividade mais importante da metodologia, ela tem início a partir de uma pergunta para a qual se quer uma resposta. Segundo Gil (2007), pesquisa é definida como o

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

A pesquisa qualitativa na modalidade pesquisa-ação oportuniza a manifestação do coletivo e, não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-lo. A pesquisa-ação exige um mergulho na práxis do grupo social em estudo, de forma a extrair as perspectivas latentes geridas no coletivo. Por isso, foi escolhida como o tipo que mais se adapta neste processo.

Por sua vez, Fonseca (2002) precisa que:

A pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. O processo de pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa. (FONSECA, 2002, p. 34).

As características desse tipo de investigação se apresentam adequadas à análise da realidade de forma natural, complexa e atualizada.

Possibilita revelar a multiplicidade de dimensões que compõem uma determinada situação ou problema, focalizando-os como um todo e evidenciando sua complexidade e a inter-relação de seus componentes, na medida em que o

pesquisador pode se valer de uma larga variedade de informações provenientes de fontes diversas, permitindo-lhe o cruzamento de dados, confirmação ou rejeição de hipóteses, descobertas de novos dados, criação de questões alternativas, como enfatizam as autoras Lüdke e André (1986).

Estas consideram que questionamentos realizados de forma semiestruturada, nas pesquisas em educação, são os mais adequados, na medida em que as informações que se quer obter, e os informantes que se quer constatar, em geral equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.

Esse tipo de entrevista, Triviños (1987), assim caracteriza:

(...) parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal coletado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

O questionário, como toda a técnica de coleta de dados, apresenta uma série de vantagens e desvantagens, sendo que a economia de tempo é uma das mais relevantes. Todavia, em contrapartida, a baixa percentagem dos questionários que voltam exige do pesquisador uma maior persistência, “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 203).

Por isso, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados (diagnóstico da realidade escolar), na presente pesquisa, a fim de propor a intervenção foram:

- (a) Análise crítica documental do Projeto Político-Pedagógico atual da escola à luz da teoria sobre a epistemologia de compreensão, fundamentada em Vasconcellos (2006, 2013), Veiga (2004), Padilha (2001), entre outros autores.
- (b) Análise documental das atas de elaboração do Projeto Político-Pedagógico vigente na Escola pesquisada;
- (c) Pesquisa documental do material utilizado para reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico da Escola em sua última alteração feita em 2011;

(d) Roteiro do questionário (com 4 questões objetivas e 2 questões abertas) que abordou sobre a importância e a necessidade da participação da comunidade escolar na discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Os sujeitos e segmentos da comunidade escolar envolvidos no diagnóstico foram: equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos. Concluída esta etapa passamos para a intervenção propriamente dita.

Antes de estabelecermos as ações a serem desenvolvidas, foi necessário definir a forma de atingirmos nossos objetivos com sucesso.

Com o recurso da internet à nossa disposição e de praticamente toda a comunidade envolvida com a mesma, decidimos fazer uso desta ferramenta, utilizando a rede social, através do *Facebook* como recurso para a divulgação do material de apoio contendo os fundamentos teóricos do trabalho a ser desenvolvido e meio de comunicação. É fato que, cada vez mais cedo, nossos alunos passam a utilizar as redes sociais como forma de comunicação. Mais do que entretenimento, as redes podem se tornar ferramentas de interação valiosas para auxiliar nosso trabalho.

Conforme Turkle (TURKLE, 1998, p.6 *apud* RECUERO, 2003) fala no ciberespaço como um espaço cultural de simulação, onde é possível falar, trocar ideias e assumir personagens de nossa própria criação, tudo com a sua identificação pessoal divulgada. Os comentários são fundamentais proporcionando dinamismo ao site, além de interação dos leitores entre si e com o autor.

Essa perspectiva dialógica, de construção da comunicação entre os dois polos comunicativos, é a chamada interação mútua, proposta por Primo (PRIMO, 1998, *apud* RECUERO, 2003), na qual a mesma é utilizada como suporte para que os indivíduos possam construir relações sociais formadoras de uma comunidade virtual. Esta interação é possível, através do uso da ferramenta de comentários, proporcionando assim um feedback aos posts.

A rede geralmente é acessada várias vezes ao dia, por muitos “amigos” para ver o que há de novo e verificar as interações do dia no sistema. Em vista disso, acreditamos ser esta uma forma moderna e valiosa para uma ampla divulgação e inclusive discussão, através dos comentários a serem postados, uma vez que a grande maioria dos segmentos da escola participa em seu *Facebook* (da escola).

A ação seguinte foi baseada nas obras de Vasconcellos (2013) e Padilha (2001) que se complementam e, assim, definimos a metodologia de trabalho para a elaboração do projeto.

O uso metodológico do questionamento e da problematização, sintetizada nas perguntas, é um importante recurso para oportunizar ao grupo expressar o que pensa e o que quer. Segundo Lakatos e Marconi (2007), questionário trata-se de um instrumento para recolher informação, pode conter perguntas abertas quando o interrogado responde com suas próprias palavras e também perguntas fechadas que englobam todas as respostas possíveis. É uma técnica que permite ao pesquisador investigar o objeto em estudo, visto que, através da pergunta, podemos provocar um desequilíbrio no indivíduo, de forma a estabelecer um desafio que o leve à reflexão e à produção.

Vasconcellos (2013) afirma que:

A metodologia de elaboração do projeto no Planejamento Participativo é baseada em perguntas que são feitas tendo como referência as dimensões consideradas fundamentais para a instituição<sup>2</sup>. A partir das questões elaboradas pelo próprio grupo, cada membro é convidado a se posicionar pessoalmente por escrito; as contribuições individuais são organizadas em textos, que vão a plenário, onde, mais uma vez, e agora de forma coletiva, cada um e todos podem se posicionar e debater (VASCONCELLOS, 2013, p.42).

As etapas de operacionalização das três partes do projeto (Marco Referencial, Diagnóstico e Programação) são as mesmas:

a) Apresentação da Tarefa

Para evitar desgastes, equívocos, perda de tempo e até mesmo constrangimentos no plenário, é necessário que seja muito bem esclarecida a metodologia de trabalho antes de seu início. Na falta de entendimento pelo público, o indivíduo poderá deixar de se manifestar ou expressar-se de forma equivocada.

b) Resposta Individual

Este momento é de máxima importância uma vez que todo o resto do trabalho será feito baseado nele. É necessário que cada um procure expressar-se com

---

<sup>2</sup> A escolha das dimensões (áreas temáticas, eixos) de cada marco é da maior importância, pois elas irão dirigir a atenção dos participantes no processo de elaboração do projeto.

a maior clareza possível, de forma simples e objetiva. É preciso cuidar o tempo para que seja suficiente a todos.

#### c) Sistematização das Respostas

Esta parte do trabalho é técnica e consiste em dar articulação às contribuições do público, sem desprezar nenhuma delas. Assim, deverá ser produzido um texto, com lógica interna (início, meio e fim) e não uma listagem de itens, evitando a “interpretação” (tipo “eu acho que com isto ele quis dizer aquilo...”).

#### d) Plenário

Todos já devem ter lido o texto para qualificar a discussão. A organização do plenário costuma ser assim:

- Explicitação: rápido relato de como foi elaborada a síntese;
- Leitura: o texto deve falar por si só, dispensando comentários;
- Análise de fidelidade: o indivíduo precisa perceber que aquilo que registrou na resposta individual de alguma forma está contemplado na redação final. Isso será a maior prova de que sua participação foi valorizada no processo.
- Análise técnica do texto: a redação dada à síntese é condizente com a parte do projeto que está sendo elaborada?
- Análise do conteúdo: este é o momento do debate, da discussão em busca do consenso.

É importante observar que só se deve iniciar uma nova parte no projeto quando a anterior já estiver concluída, inclusive à disposição dos participantes a fim de que haja uma maior articulação entre as partes.

Durante os meses de setembro a novembro do ano de 2013, foi aplicado o questionário a todos os segmentos da escola (APÊNDICES A, C, E, G e I), a fim de termos um diagnóstico sobre o nível de conhecimento e a importância da participação destas pessoas na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola. A tabulação e análise destes dados estão descritas a seguir, no item 3.1.3.

### **3.1.1 Análise documental das atas do PPP vigente**

De acordo com a análise documental de quatorze (14) atas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, que datam de agosto

a dezembro de 2011, nas que se referiam à revisão do Projeto Político-Pedagógico, foram encontrados registros do tipo: PPP, PPP e Regimento- orientações gerais, comissão organizadora do PPP e Regimento, PPP (questionamentos), práticas avaliativas e metodologia do professor (atividade integrante da revisão do PPP) e outros.

Como pesquisadora, sem maiores informações mencionadas nas referidas atas ou dados mais detalhados de como aconteceu este processo, surgem interrogações como: Quem foram os membros integrantes da comissão organizadora? O Regimento Escolar foi alterado também de forma paralela ao PPP? Como aconteceram estes dois processos? O Conselho Escolar participou? De que forma? Em que momento? Como e quando a comunidade escolar foi ouvida, visto que nenhum registro de consulta aos alunos e pais foi encontrado em atas. Quem aprovou o(s) novo(s) documento(s) e em que data antes de ser(em) encaminhado(s) à 13ª CRE?

Nesse sentido, durante o processo algumas dessas interrogações foram sendo esclarecidas.

### **3.1.2 Pesquisa documental da última alteração do PPP**

A análise realizada no Projeto Político-Pedagógico vigente até então revelou que sua elaboração deu-se de uma forma parcialmente participativa e pouco dialógica, visto que, não foram encontrados registros da participação de pais e alunos no processo. Durante o segundo semestre de 2011, foram realizados mais de quatorze encontros, sendo estes, quatro com os professores do turno da manhã, sete com os professores do turno da tarde, dois com os professores do turno da noite e um geral com os docentes, que contou com quarenta e cinco de um total de cinquenta e dois e a presença de uma convidada para palestrar sobre PPP e avaliação, no final do mês de novembro, de acordo com o registro das atas analisadas. Não foram encontradas atas com registro de participação dos funcionários (da limpeza, monitores e da merenda); todavia como existe uma atividade realizada pelos funcionários, sabemos que algum encontro aconteceu, sem termos a quantidade precisa.

Conforme mencionamos, foi oportunizada a realização de uma atividade para

reflexão e posicionamento sobre o Marco Referencial para os professores (ANEXO A e ANEXO B) e outra atividade para os funcionários (ANEXO E). Também foi distribuído aos professores um roteiro para refletir e revisar alguns pontos como: pressupostos filosóficos, recursos físicos, objetivo geral da Escola, metodologia e regras de convivência (ANEXO C e ANEXO D). Em cada ponto foi colocado o texto do Projeto vigente e um espaço para sugestões. Os professores foram divididos em grupos, discutiram o assunto e preencheram o material distribuído.

Após, em outra reunião, foi lido pela supervisora a redação do texto com algumas alterações sugeridas, inclusive a alteração do sistema de avaliação optando-se por período trimestral e avaliação somatória pelo critério: 1º trimestre= valor 30, 2º trimestre= valor 30 e 3º trimestre= valor 40, com a exigência de que no último trimestre o aluno alcance, no mínimo 20 pontos e, no total, a nota mínima seja 60 para a aprovação. Este item, segundo a 13ª Coordenadoria Regional de Educação, foi indeferido, pois esta exigência de nota mínima, no último trimestre, não é permitida. Inclusive este foi um dos motivos que levou à intervenção, além de que, precisávamos (re)construir de forma democrática e participativa nosso PPP.

Quanto à fundamentação teórica, não existe nenhum autor citado em todo o documento, logo, não possuía referencial teórico.

### **3.1.3 Roteiro de questionamentos**

Na gestão democrática da educação é de suma importância discutir com todos os segmentos escolares, possibilitando a percepção, sob o ponto de vista de cada segmento, sobre o PPP da Escola.

Foi, inicialmente, aplicado à comunidade escolar um questionário semiestruturado (com 4 questões objetivas e 2 questões abertas), que abordou sobre a importância e a necessidade da participação da comunidade escolar na discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico. Aproveitando momentos como o do Conselho de Classe Participativo que, enquanto os pais dos turnos da manhã e tarde aguardavam sua entrada na sala para conversar com os professores e equipe diretiva, foi solicitado aos mesmos que respondessem e o devolvessem. Mesmo assim, muitos alegando dificuldades para responderem no momento, levaram para casa para entrega *a posteriori*. No turno da noite como a maioria dos alunos já é maior de idade, não foi distribuído o questionário aos pais. Tivemos um retorno de

195 questionários, o que representou um percentual de 28% de participação dos pais.

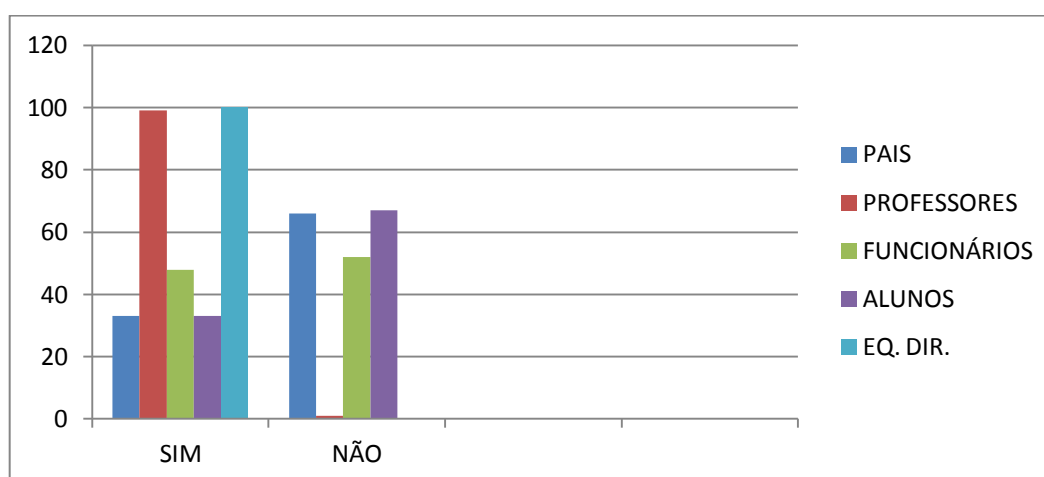
O mesmo aconteceu com os professores e equipe diretiva, que durante a reunião pedagógica semanal, tiveram espaço para analisar e responder. O retorno dos professores foi de 20 questionários (35%) e da equipe diretiva foi de 8 questionários (90%). Aos funcionários foi distribuído e recolhido posteriormente. Tivemos um retorno de 8 questionários (60%). Aos alunos representantes das turmas foi solicitado que respondessem e entregassem no dia seguinte, tendo retornado 6 questionários (48%) do total distribuído.

Encontra-se neste trabalho uma cópia do questionário aplicado a cada segmento, com o Termo de Autorização (APÊNDICE A até APÊNDICE J).

No estudo qualitativo, com base no questionário aplicado a todos os segmentos escolares, foram analisadas as seguintes categorias: projeto político-pedagógico e participação da comunidade. Alguns dos resultados estão demonstrados nos gráficos abaixo:

Na primeira pergunta ao serem questionados se conheciam ou não o Projeto Político-Pedagógico da Escola, obtivemos os seguintes índices percentuais (%):

Gráfico 1 - Nível de conhecimento do Projeto Político-Pedagógico



Fonte: Própria autora

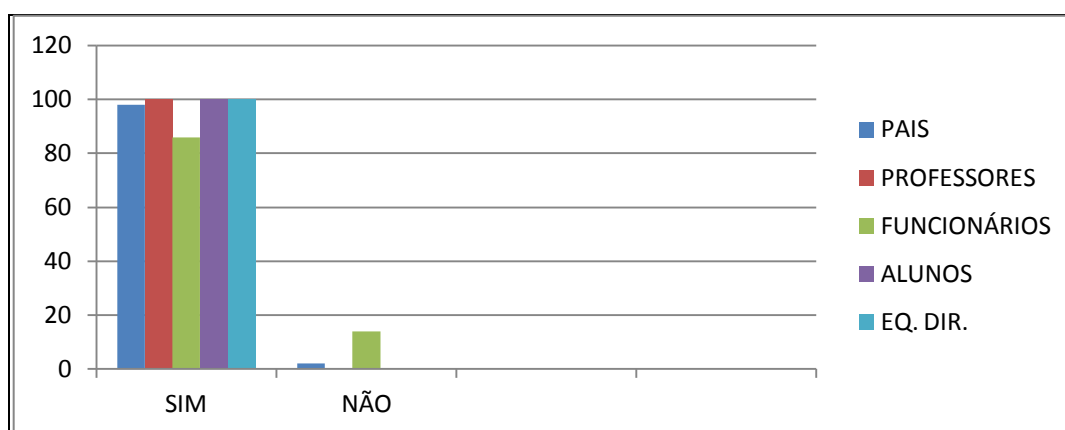
Baseado nestes dados, observamos que os segmentos com maior conhecimento e envolvimento sobre o Projeto Político-Pedagógico são dos professores, com 99% e da equipe diretiva, com 100%. O menor índice de



conhecimento encontra-se nos segmentos dos pais e dos alunos, ambos com apenas 33%. No segmento dos funcionários observamos quase um equilíbrio entre o grupo que conhece (48%) e o que não conhece (52%).

Na segunda questão as pessoas deveriam responder se achavam importante ou não participar das atividades que dizem respeito ao Projeto Político-Pedagógico. Os resultados percentuais foram estes:

Gráfico 2: Levantamento da importância da participação da comunidade

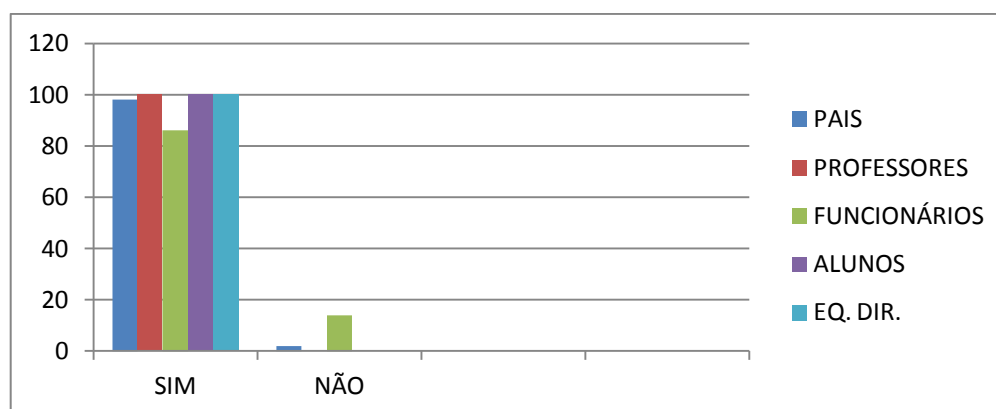


Fonte: Própria autora

Os índices de respostas em todos os segmentos escolares foram quase unânimes, exceto no segmento funcionários, no qual 14% acharam, até então, que isso seria uma tarefa apenas para os professores.

A terceira questão versou sobre a disponibilidade de participação nos encontros e reuniões, contribuindo com opiniões e sugestões em benefício da comunidade escolar. Vejamos o gráfico comparativo dos segmentos escolares que demonstra as respostas em que quase a totalidade da comunidade escolar respondeu positivamente, com exceção do segmento funcionários, no qual 29% responderam que não se dispunham em participar de encontros e reuniões.

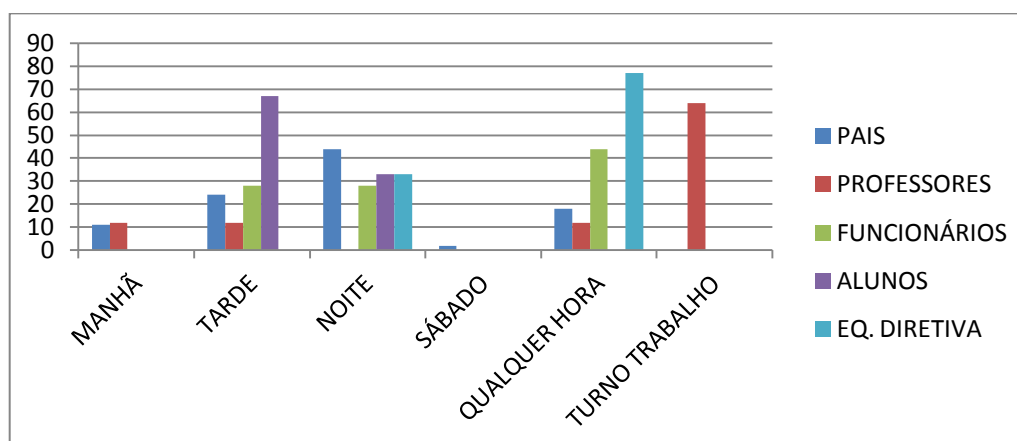
Gráfico 3: Disponibilidade de participação



Fonte: Própria autora

Na quarta questão procuramos fazer um levantamento sobre qual seria o turno mais apropriado para realização dos encontros.

Gráfico 4: Melhor turno para os encontros



Fonte: Própria autora

Como resultado, observamos que no segmento dos professores, 64% optaram pela reunião durante o turno de trabalho; enquanto que, no segmento dos funcionários 44% declararam que poderia ser a qualquer hora, 28% à noite e 28% à tarde; no segmento alunos, 67% preferiram à tarde e 33% à noite; no segmento dos pais, 44% escolheram à noite, 24% à tarde, 18% qualquer horário, 11% de manhã e apenas 2% preferiram aos sábados. Enquanto isso, na equipe diretiva 77% declararam que poderia ser qualquer horário, enquanto 33% optaram pelo turno da noite.

Nas questões abertas, quanto aos aspectos positivos do trabalho que vem sendo desenvolvido na escola, os mais citados na pesquisa, que configuram entre todos os segmentos, foram estes:

- a metodologia aplicada de projetos;
- as melhorias que estão acontecendo no processo pedagógico;
- as reformas no prédio;
- a organização da escola;
- a integração entre todos os segmentos da escola.

No aspecto que diz respeito ao que pode ser melhorado no trabalho, os itens mais citados de forma interligada aos segmentos escolares, foram estes:

- algumas práticas pedagógicas;
- inclusão das aulas de Educação Física no horário regular de aula;
- retorno das reuniões pedagógicas dentro do horário de trabalho;
- reuniões mais frequentes com pais;
- reforma no ginásio da escola
- disciplina dos alunos.

Quanto às sugestões mencionadas, conseguimos alterar nossa Matriz Curricular, incluindo as aulas de Educação Física no horário regular de aula, desde o início do ano letivo de 2014. As reuniões pedagógicas voltaram a acontecer periodicamente, durante o horário de trabalho e realizamos reuniões com pais sempre que possível e necessário, além de convidá-los para participarem na realização de várias atividades pedagógicas, como: Exposição Temática na Sala de Aula, Feira de Ciências Interna, reuniões para (re)construção do PPP e festa de Ação de Graças, entre outras. Tivemos no decorrer do ano letivo, práticas pedagógicas diferenciadas e que demonstraram bom êxito na aprendizagem de nossos alunos influenciando positivamente na disciplina dos mesmos.

Com isso, ao verificar que a melodia estava fluindo de forma criativa e dialógica, na sequência dos trabalhos, começamos a organizar os naipes da orquestra para a composição do novo arranjo da peça política-pedagógica.

### **3.2 Organizando os naipes da orquestra (realizando a intervenção)**

Organizamos uma reunião geral com todos os professores, na qual foi apresentada a sugestão da Exposição Temática, na sala de aula e, na sequência, construímos os detalhes da proposta. O planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho foram realizados com base na Metodologia Dialética, conforme Vasconcellos (2006), de acordo com a qual, o conhecimento é construído pelo sujeito em sua relação com os outros e com o mundo, sendo que professores e alunos trabalham, refletem e reelaboram os conteúdos, tornando a aprendizagem real e significativa.

Tomando como base as ideias de Vasconcellos (2006), a construção do conhecimento é concebida em três momentos: síntese, análise e síntese; sendo que os professores são responsáveis por mediar as fases de mobilização, construção e síntese do conhecimento. Nessas etapas, o conhecimento é oportunizado por meio da problematização, da dúvida e da crítica, permitindo o uso da criatividade na resolução de problemas, criando situações construtivas e significativas, desenvolvendo, assim, conhecimentos e competências.

Para a realização da Exposição Temática, primeiramente, os professores sugeriram temáticas que, a seu ver, seriam importantes para os alunos pesquisarem, analisarem e enriquecerem seu conhecimento, relacionando ao Projeto Político-Pedagógico da Escola, a fim de serem apresentadas aos demais segmentos escolares. Na sequência, foram escolhidas as seguintes, por meio de um sorteio entre as turmas dos anos finais do ensino fundamental, turno diurno: Cidadania, Democracia, Discriminação, Valores, Ética, Participação (trabalho participativo), Violência, Projeto Político-Pedagógico, Diferenças, Histórico da Escola, Família – 1º grupo social, Redes Sociais e Preconceito. Enquanto isso, os anos iniciais do ensino fundamental trabalhariam com a própria identificação da turma, visto que a mesma refere-se a valores e sentimentos, como: Paz, Amizade, Carinho, Compreensão, Aventura, Amor, Felicidade, Ternura, União, Afeto, Harmonia, Solidariedade, Esperança, Otimismo e Sonhos. Quanto às três turmas dos anos finais do ensino fundamental, do noturno, os professores consideraram importante desenvolver o trabalho sobre o ensino noturno.

A seguir, começamos o ensaio com o naipe dos alunos.

### 3.2.1 Ensaio e apresentação do naípe dos alunos

Nos últimos dias do mês de abril de 2014, a coordenadora do projeto passou nas salas de aula da Escola para conversar com os alunos e apresentar-lhes o projeto a ser desenvolvido dentro do mês do aniversário da Escola, no caso, mês de maio. Desafiámo-los a realizarem um trabalho diferente de tudo que já havíamos feito. Eles teriam a oportunidade de apresentar como quisessem a todos os demais colegas, professores, funcionários, pais e equipe diretiva, além de outros visitantes. Nesse dia, eles seriam os mestres a compartilhar conosco o saber construído. Também foi pedido que disponibilizassem um espaço para os visitantes deixarem sua opinião e/ou sugestão. O resultado de todo esse trabalho serviria para (re)construir o projeto maior da Escola que é o Projeto Político-Pedagógico e também para elaborarmos uma Revista da Escola, na qual cada turma seria responsável por uma página. O resultado começou a surgir aos poucos... Foi uma movimentação geral...

O evento foi divulgado nos jornais da cidade, em entrevistas nas rádios locais e também através das redes sociais, conforme imagem abaixo:

Figura 3 - Convite para Exposição Temática



Fonte: A própria autora

Foi enviado o convite para a 13ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e equipe do setor Pedagógico, que enviou representação.

Na linha de provocar o desejo, a estratégia de ouvir “outras vozes” tem sido de grande valia, afirma Vasconcellos (2013):

Estamos falando, por exemplo, de ouvir os alunos, ver como as ações da instituição ou dos mestres estão repercutindo neles. Pode-se ainda estabelecer diálogo com setores excluídos da sociedade e que muito esperam das instituições de ensino. Ter contato com práticas inovadoras que já estão acontecendo. Tudo isto para acordar para a necessidade de mudança e para a crença inicial em sua possibilidade. (VASCONCELLOS, 2013, p. 40).

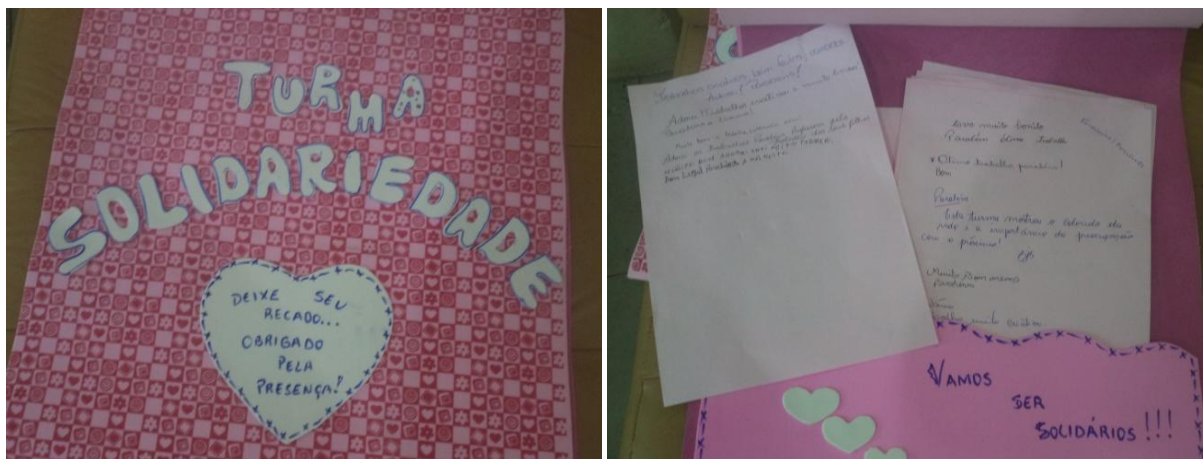
Por isso, dizemos que a experiência valeu a pena, tanto que já estamos prevendo a segunda edição da Exposição Temática. Objetivos importantes para a educação, como: motivação para a aprendizagem, análise de suas experiências e possibilidade de autonomia na construção do conhecimento por meio da problematização, do uso da criatividade e da proposição de soluções, possibilitando situações construtivas, significativas e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências foram atendidos. A discussão e reflexão dos temas propostos possibilitou a aproximação da realidade de como a escola trabalha efetivamente essas temáticas e de que forma podemos contemplá-las no Projeto Político-Pedagógico. No momento seguinte, foi construída a síntese, a análise pelo professor, juntamente com seus alunos, através de relatório sobre este trabalho, descrevendo qual a intenção, quais os objetivos, como foi o desenvolvimento e contendo uma avaliação com as opiniões expressas sobre a escola pelos alunos, pais e demais visitantes. Já podíamos fazer o mapeamento da situação em que estávamos inseridos.

Então, tudo pronto... Dia 21 de maio, começou a apresentação solo dos alunos que, posteriormente, unir-se-ia aos demais naipes para o grande Concerto Político-Pedagógico...

Recebemos muitos pais, representação da 13ª CRE, os próprios alunos visitaram as salas dos colegas alternadamente e com muita disciplina. Tivemos uma riqueza de trabalhos construídos pelos próprios alunos e alguns, até mesmo com a colaboração dos pais e da comunidade. A turma Aventura, de 2º ano, apresentou uma coreografia criada e ensaiada por uma mãe de alunos, que é professora de dança. A turma Solidariedade, de 4º Ano, convidou uma profissional da saúde para estar presente verificando a pressão de quem desejasse e, assim, demonstrar a importância de sermos solidários com “a saúde”. Também abriu a Campanha do Agasalho/2014, enfatizou a solidariedade com o meio ambiente e com a escola, construindo juntamente com os pais, brinquedos de materiais recicláveis para ficarem na escola, a fim de serem utilizados pelos alunos durante o recreio. Na porta

da sala ficava o material disponível para os visitantes deixarem sua opinião solidária à escola.

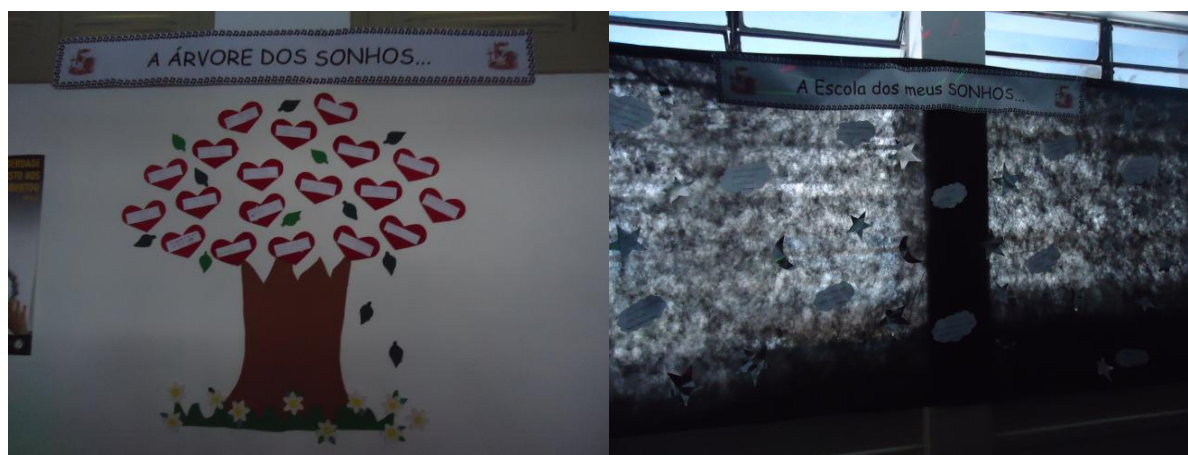
Figura 4 - Turma Solidariedade

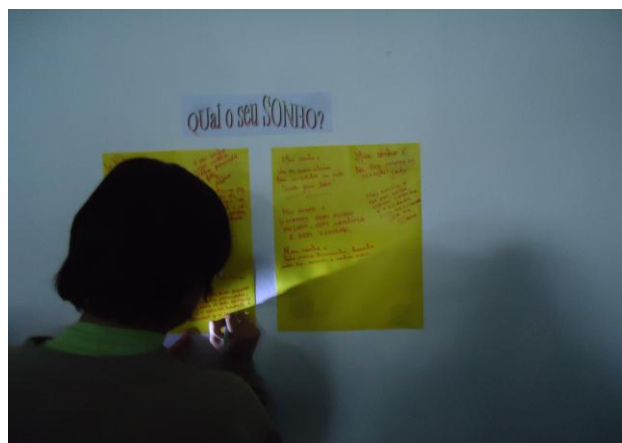


Fonte: A própria autora

A turma Sonhos, do 5º Ano, demonstrou muita criatividade no ambiente da sala, ao escurecê-lo enquanto seus alunos estavam todos de pijama, deitados em colchonetes, representando que estavam sonhando com sua escola... Quando os pais chegavam eram recepcionados pelo seu filho que os acompanhava pela sala mostrando suas construções, como: textos sobre a “Escola dos meus sonhos”, a árvore dos meus sonhos, o painel construído com frases retiradas do texto citado acima, em meio a muitas estrelas e luas, representando um céu. Ainda existia um espaço destinado à participação dos visitantes com o título “Qual é o seu sonho?” Deixe a sua mensagem:

Figura 5 - Turma Sonhos





Fonte: A própria autora

Utilizando o conteúdo trabalhado e estabelecendo a relação com a temática da turma na escola, como o caso das turmas Otimismo e Esperança, de 5º Ano, tivemos uma variedade de sugestões muito bem organizada para a apresentação. Abaixo veja a foto do “Varal de Sugestões” feito pela turma Otimismo.

Figura 6 - Turma Otimismo



Fonte: A própria autora

A seguir, na foto à esquerda, alunos da turma Esperança construindo seu trabalho para a Exposição. E, na foto ao lado, painel com as mensagens deixadas pelos visitantes.



Figura 7 - Turma Esperança



Fonte: A própria autora

A turma Azul, de 6º Ano, falou sobre Democracia, utilizando painéis e demonstrando domínio de conteúdo. Enquanto a turma Verde, também de 6º Ano, apresentou, de forma muito criativa, sobre Diversidade e Preconceito. Abaixo, uma das fotos de apresentadores dos trabalhos:

Figura 8 - Turma Verde

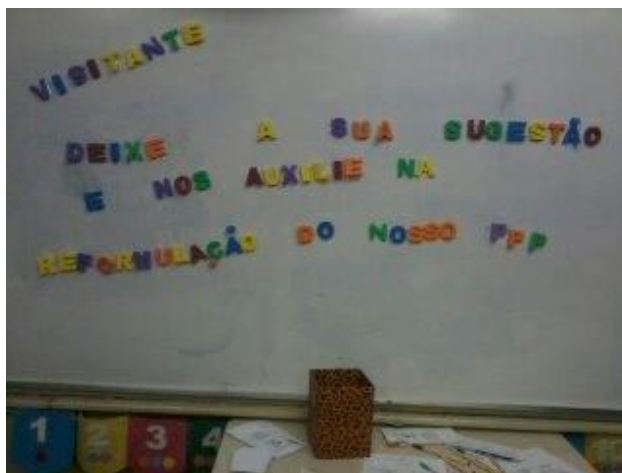


Fonte: A própria autora

A turma Terra, de 7º Ano, pesquisou e elaborou um trabalho sobre o Projeto Político-Pedagógico e disseram ter gostado muito de trabalhar com este tema por descobrirem de que se tratava realmente e agora podiam explicar aos visitantes. Os alunos distribuíram aos visitantes um folder confeccionado com a professora regente, contendo informações sobre a importância desse documento para a escola (ANEXO F) e outro sobre direitos e deveres dos alunos, segundo a legislação

nacional. (ANEXO G). Como não poderia faltar, teve um espaço organizado, na sala de aula para deixar a sua contribuição para o PPP, conforme imagem a seguir:

Figura 9 - Espaço para sugestões na turma Terra



Fonte: A própria autora

A turma Lua, de 8ª série, abordou sobre o Trabalho Participativo e registrou as várias participações dos visitantes anotando em papeis que estavam disponíveis para isso e, que, posteriormente, foram organizados no relatório da turma. Confira a imagem:

Figura 10 - Mensagens deixadas pelos visitantes na turma Lua



Fonte: A própria autora

A turma Sol, de 8º série, investigou a história da Escola, trazendo à exposição vários objetos antigos, como quadro de diretores, troféus e medalhas, instrumentos da banda escolar entre outros, conforme fotos abaixo:

Figura 11- Mostra da história da Escola Urbano



Fonte: A própria autora

A Exposição Temática aconteceu nos turnos da manhã e tarde, sendo que o noturno esteve com sua sala aberta durante todo o dia.

Ao término da Exposição, a escola foi elogiada, inclusive em uma matéria publicada num dos jornais da cidade (ANEXO H), cuja equipe de reportagem visitou e destacou a criatividade e o desempenho dos alunos.

Diante da proposta e dos objetivos do Projeto de Intervenção, consideramos que a utilização da avaliação como estratégia de ensino e aprendizagem na perspectiva dialética-libertadora contribuiu de forma favorável na avaliação realizada pelos alunos no que se refere ao contexto escolar, sendo evidenciado na Exposição Temática. O professor orientou e facilitou a aprendizagem, oferecendo aos alunos a oportunidade e as condições de perceber a escola sob vários ângulos, como também de conhecer diferentes formas de percepção do mundo. Segundo relato dos professores, este tipo de trabalho atende demandas que estão presentes na área educacional e que contribuem para a valorização de um conjunto de habilidades como a autonomia de pensamento e ação, a integração de novos e antigos elementos de forma intra e interdisciplinar, instituindo-se, assim, importantes alicerces do ensino na (re)construção do conhecimento e de saberes.

Agora chegou a vez de ouvirmos a melodia dos professores...

### **3.2.2 Treinando a leitura da partitura com os professores**

Como já foi dito anteriormente, o projeto culminaria com dois produtos: ao término da Exposição, os professores deveriam preparar com os alunos uma síntese do trabalho que seria entregue à coordenação pedagógica, inclusive com fotos, que seriam utilizados na elaboração de uma Revista da Escola a ser distribuída até o início do segundo semestre. E, com este conjunto de sínteses, juntamente com a equipe gestora e o Conselho Escolar, que formariam a Comissão de (Re)construção do Projeto Político-Pedagógico, seria feita a organização do material e, posteriormente, submetido à votação em assembleia geral pela comunidade escolar para a aprovação do novo documento.

Transcorrido o prazo para entrega das sínteses, como o retorno foi diminuto, marcamos um dia de reunião para cada turno, com o propósito de reforçar o pedido de entrega do material solicitado. Na reunião, questões baseadas no texto de Damiani (2013), foram discutidas, destacando a importância do desenvolvimento de atividades reflexivas escritas como forma de refletir e autoavaliar nossa práxis pedagógica, promovendo, assim, aprendizagens evidenciadas. Segundo a autora citada, no momento em que se produz e se disponibiliza os registros escritos para leitura e discussão, cria-se uma rede de comunicação através da qual surgem articulações de conhecimentos, estratégias para resolução de problemas, reflexões e outras ações, entre os integrantes. Lembrando que o próprio ato de escrever produz reflexão e consciência sobre o trabalho desenvolvido. Com este propósito foram apresentadas as seguintes questões para serem respondidas: O que eu aprendi? Como aprendi? O que facilitou a aprendizagem? O que dificultou essa aprendizagem?

Observamos que este trabalho de análise e reflexão foi produtivo, pois levou os professores a expressarem, na sua concepção, os pontos realmente positivos e negativos da nova práxis desenvolvida. As respostas foram interessantes quando analisamos a surpresa de muitos professores, com a vontade e a capacidade de fazer dos alunos, destacando que o que eles precisam é de motivação para trabalhar. Esperamos que depois destas reflexões, a motivação e a criatividade sejam constantes nas práticas pedagógicas diárias.

Durante a Jornada Pedagógica, no mês de julho, tivemos momentos de “Relatos de Experiências” apresentados por alguns colegas que se propuseram a compartilhar suas práxis pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, durante este

ano letivo. Antes de iniciar a apresentação dos relatos, fundamentamos a relação dos trabalhos que seriam apresentados com a metodologia expressa no Projeto Político-Pedagógico vigente da Escola.

Primeiramente, uma professora que possui em sua classe um aluno autista, relatou experiências vivenciadas no cotidiano de sua sala de aula. A forma como conseguiu conquistar seu aluno, que até então, apresentava sérios problemas quanto à permanência na escola, até o ano anterior e, que, atualmente, convive muito bem neste espaço com ela e seus colegas. Abordou sobre a metodologia utilizada no trabalho individualizado com ele e no grande grupo com os demais, simultaneamente. A professora destacou o trabalho da colega responsável pela sala de Atendimento Educacional Especializado que propicia um suporte de extrema importância para o sucesso do trabalho de aprendizagem.

Três colegas, professoras de 5º Ano, apresentaram o projeto elaborado e desenvolvido por elas durante a Copa do Mundo no Brasil. Apesar da valorização dos aspectos positivos do País, foi suscitado, nos alunos, através de pesquisas em jornais e informativos, o senso crítico diante das desigualdades sociais que vivemos numa abordagem interdisciplinar.

A professora responsável pela sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), juntamente com um dos professores de Educação Física, que participou de um curso de treinamento para trabalhar alunos com deficiências nesta disciplina, oferecido pela mantenedora, demonstraram com e ao público presente, diversas situações que podem ser vivenciadas pelos professores, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Foram expostos e apresentados aos presentes, diversos materiais que compõem a sala do AEE e algumas das formas como podem ser utilizados nas várias disciplinas do currículo.

Uma das professoras do 1º ano apresentou um vídeo gravado por seus alunos na semana da Páscoa, quando estes pequenos tiveram a oportunidade de dramatizar, na praça central da cidade, a Paixão de Cristo. Ficou muito lindo e original o trabalho!

Para concluir os relatos foram ouvidas uma professora de Arte e outra de Geografia que contaram sobre o trabalho realizado com os alunos do 6º Ano, sobre a criação de papel reciclado. Os alunos aprenderam a criar o papel com a professora de Geografia e, posteriormente, utilizaram-no para confecção de cartões decorados.

Com isso, finalizamos esta etapa da Formação Continuada com uma análise sobre a coerência da metodologia prevista no documento e a adotada na práxis pedagógica em nossa Escola.

Apesar desse trabalho realizado, observamos certa resistência em revisar o Projeto Político-Pedagógico da escola de forma realmente democrática e participativa por parte de alguns membros da instituição. Todavia, Paro (2005) argumenta sobre os entraves na implantação da gestão democrática dizendo que

(...) se pretendemos agir na escola, como de resto em qualquer instância na sociedade com vistas à transformação social, não podemos acreditar que estejam já presentes condições ideais que só poderão existir como decorrência dessa transformação. (PARO, 2005, p. 162).

Assim, não desanimamos... O prazo estabelecido para a entrega das sínteses das Exposições Temáticas nas salas de aula expirou e muitas não foram entregues. Como havíamos proposto, no início da aplicação deste projeto de intervenção, a elaboração de uma revista da Escola com este material, foi feito um levantamento de preços junto a algumas gráficas, de modo a contratarmos a de menor orçamento para este serviço, inclusive, praticamente a metade do valor necessário já estava garantido através de patrocínios. Todavia, em virtude do atraso na entrega do material pelas colegas, perdemos o prazo de validade dos orçamentos. Infelizmente, no mês de novembro, resolvemos adiar a edição da Revista da Escola para o início do próximo ano, em decorrência das muitas atividades de encerramento do ano letivo e circunstâncias alheias à nossa vontade. Embora tenhamos recebido apenas algumas sínteses, apesar do atraso no cronograma, demos início aos ensaios, como anteriormente previsto.

### **3.2.3 Dando início aos ensaios**

Em virtude da eleição para o Conselho Escolar, precisamos aguardar o desenrolar do processo e a posse dos novos eleitos para então conhecermos os novos instrumentistas que comporiam nossa orquestra, o que acarretou um certo distanciamento temporal entre a apresentação dos alunos e a dos demais segmentos. Superada esta fase, marcamos a primeira reunião para criação da Comissão de (Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola, que seria

composta pela equipe diretiva, coordenação pedagógica e o Conselho Escolar, para revisarmos o documento vigente e estabelecermos a metodologia de trabalho a ser utilizada a fim de efetivarmos as alterações e atualizações que se fizessem necessárias no mesmo. A pressão para que as reuniões não fossem muito extensas nem cansativas foi muito grande, visto que já existe um conceito traumático de que falar em revisão do Projeto Político-Pedagógico é muito enfadonho e, se possível, ninguém quer participar. Preocupadas com o Conselho Escolar, que acabara de ser empossado, para que não ficasse com essa visão, buscamos envolver a todos no mesmo espírito democrático e participativo o que foi fundamental para a integração da orquestra e realização do trabalho.

### **3.2.3.1 Encontro com os representantes dos naipes da orquestra**

No dia 20 de agosto, às treze horas, na sala de reuniões da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, em Dom Pedrito/RS, realizamos a reunião com o Conselho Escolar, sendo a primeira ação planejada no Projeto de Intervenção com a finalidade específica de rever o Projeto Político-Pedagógico. Nessa reunião contamos com a presença de onze pessoas representando todos os segmentos da comunidade escolar. A presidente do Conselho Escolar fez a abertura apresentando a pauta e, logo foi apresentado o presente Projeto de Intervenção, destacando a importância do mesmo para a Escola. Sendo assim, através de exposição dialogada que, segundo Gil (2007), é uma estratégia econômica, flexível, versátil e rápida; muito útil para a introdução de qualquer assunto; pois permite comunicação de experiências e observações pessoais que não são possíveis por outros meios, realizamos a reunião.

Visto que a Escola tem a necessidade de revisar e atualizar as informações de seu Projeto Político-Pedagógico, escolhemos esta questão para intervir, buscando contribuir para que a mesma seja realizada de forma democrática e participativa. Nesta perspectiva, partimos de uma concepção de planejamento participativo que, segundo Cornely (1997), “significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria” (CORNELY, 1977, p.37 *apud* PADILHA, 2001, p.34-35).

O Projeto Político-Pedagógico constitui-se em instrumento de intervenção na realidade escolar. Vasconcellos (2000), quando se refere ao Projeto Político-Pedagógico, diz que este:

(...) pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. (VASCONCELLOS, 2000, p. 169).

Através de um vídeo com a mensagem “A Escola” de Paulo Freire, procuramos mostrar-lhes que, na nossa escola, todos somos gente e temos o direito de nos manifestarmos, colaborando na construção da escola que a maioria da comunidade deseja. Tecemos alguns pequenos comentários, já que o grupo apresentava-se um tanto tímido e retraído com o assunto da reunião.

Com a apresentação de *slides* um *Power Point* sobre o papel do Conselho Escolar, fizemos uma breve instrumentalização dos componentes, visto que estes foram recentemente eleitos e, por isso a necessidade de mostrar-lhes a importância da sua participação neste processo. Utilizando o material da Escola de Gestores, do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2014), procuramos enfatizar que em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que façam do discente um indivíduo solidário, crítico, ético e participativo. O Conselho Escolar é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da escola. Este deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos, evidenciando desta forma a necessidade de sua atualização periódica. Freire (1996, p. 44) destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática, afirmando que é “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

Sendo assim, recai sobre este órgão tão importante, que é o Conselho Escolar, fazer uso de suas funções:



- Deliberativa- ao decidir sobre o Projeto Político-Pedagógico;
- Consultiva- analisando as propostas encaminhadas pelos vários segmentos que compõem a escola;
- Fiscais- acompanhando e avaliando a execução do projeto, garantindo o seu cumprimento;
- Mobilizadora- promovendo a participação integrada dos segmentos da escola, contribuindo para a participação democrática e melhoria da qualidade social da educação.

Ainda evocamos Gadotti (1998), pois bem afirma que:

O Projeto Político-Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, e cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. (GADOTTI, 1998, p.16).

Como fundamento legal, apresentamos o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, que afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios, entre outros:

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Destacamos que a referida lei amplia o conceito de escola e determina que é competência dos sujeitos que fazem a escola definir a organização do seu trabalho pedagógico. Logicamente, é muito grande essa responsabilidade, porque implica a definição dos caminhos que a escola vai tomar e, conseqüentemente, a construção de sua autonomia.

O Projeto Político-Pedagógico da escola não deve ser elaborado apenas devido a uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva no seu cotidiano de trabalho. A legislação assegura a possibilidade de sua

elaboração, mas depende dos sujeitos da escola torná-la realidade. Todavia, isto não é suficiente, pois é necessário que a escola reconheça que todos os seus atores, desde os funcionários, pais, alunos, professores até a equipe diretiva, precisam tornar-se responsáveis pelos serviços educacionais que ela presta à comunidade, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Esta é a finalidade última do Projeto Político-Pedagógico. Este é, portanto, o instrumento que explicita a intencionalidade da escola como instituição, indicando seu rumo e sua direção. Segundo Marçal (2001):

Ao ser construído coletivamente, permite que os diversos atores expressem suas concepções (de sociedade, escola, relação ensino-aprendizagem, avaliação etc.) e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar, observando-se tanto o que a escola já é quanto o que ela poderá vir a ser, com base na definição de objetivos comuns das ações compartilhadas por seus atores. (MARÇAL, 2001, p.34)

Foi enfocado ainda, que o Conselho Escolar é, primordialmente, o sustentáculo do Projeto Político-Pedagógico que permite a definição das metas e das prioridades da escola, numa perspectiva emancipatória, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade. Segundo Veiga (2003), as inovações emancipatórias têm sua origem e destino nas necessidades do coletivo escolar, enquanto as inovações regulatórias, ao contrário, decorrem de prescrições, de recomendações externas à escola, não sendo resultados de processos participativos e partilhados pela comunidade escolar.

Para a elaboração coletiva desse projeto educativo, é importante considerar:

- a experiência dos profissionais da educação da escola;
- a cultura da comunidade e os currículos locais, lembrando que não existem diferenças apenas de um estado para outro no País, mas também dentro do próprio município, conhecemos escolas com realidades bastantes distintas;
- a troca de experiências educacionais;
- uma bibliografia especializada, pois precisamos saber o que os estudiosos do assunto estão abordando no momento;
- as normas e diretrizes do seu sistema de ensino, no nosso caso, o sistema da rede estadual;
- as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nesse processo, ainda compete ao Conselho Escolar:

- debater e tornar claros os objetivos e os valores a serem coletivamente assumidos;
- definir prioridades;
- contribuir para a organização do currículo escolar;
- criar um cotidiano de reuniões de estudo e reflexão contínuas, que inclua, principalmente, a avaliação do trabalho escolar.

Sabemos que o Projeto Político-Pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

Veiga (1996) nos faz perceber que o Projeto Político-Pedagógico deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Diante das inúmeras mudanças de pessoal que ocorrem durante o ano e a cada novo ano letivo, existe uma necessidade de rever periodicamente, pois segundo Gadotti, (1997, p. 33) “o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere”. Outros autores ainda como Veiga (2009) e Libâneo (2008) afirmam que o projeto sendo o documento que é, tendo que expressar os propósitos e expectativas da comunidade escolar, à medida que esta comunidade se altera naturalmente, faz-se necessário uma constante análise e reflexão sobre a sua ação educativa, de forma que pode ser alterado sempre que for necessário.

Deve ser concebido na perspectiva dialógica e democrática caracterizando-se como a voz plural dos diferentes protagonistas que interagem na dinâmica pedagógica e organizacional da escola. Isto porque ele adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Portanto,

ele não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, mas sim do amplo debate junto aos diferentes segmentos constituintes da comunidade escolar.

Ouvimos uma mãe, integrante do Conselho Escolar, manifestar-se dizendo o quanto acha importante a sua participação na escola, já que seu filho tem tanto tempo para estar ali e isto faz com que sinta necessário o seu envolvimento. Enquanto isso ressaltou a dificuldade de conscientização dos pais neste aspecto, visto que, antes da eleição para o Conselho, ela mesma convidou várias mães para participarem, porém todas se esquivaram do convite. Após várias tentativas, conseguiu uma para acompanhá-la. Outros participantes enfatizaram a colocação em relação aos demais segmentos que também procuram abster-se do compromisso. Foi comentado ainda sobre a satisfação de poder participarem de forma tão democrática e dialógica desse processo. A oportunidade que a escola está proporcionando, apesar de estar previsto na legislação, mas que nem sempre acontece realmente na prática.

Após esta abordagem, procurando evidenciar a importância da participação responsável e comprometida de cada um dos presentes, a fim de motivar e incentivá-los, foi dada continuidade ao trabalho com a aplicação da dinâmica “Montar um boneco”. Os participantes foram divididos em três grupos e distribuído o material necessário, como papel, caneta, lápis de cor, pincel atômico e tesoura, para que pudessem construir um único boneco. Foi sorteado entre eles o grupo que desenharia a cabeça, o outro grupo o tronco e o outro grupo os membros. Um grupo não poderia se comunicar e nem ver o trabalho dos outros grupos. A intenção era que o Grupo 1A, o Grupo 2A e o Grupo 3A ao juntarem as partes para montar o boneco, estas apresentassem tamanho desproporcional deixando o boneco completamente deformado. Que a cabeça ficasse desproporcional ao tronco e este aos membros. Após a montagem do boneco iniciamos a análise enfocando o seguinte: o objetivo maior desta dinâmica era justamente trabalhar a maneira diferenciada que as pessoas têm ao enfocarem o mesmo assunto. Verificamos nitidamente o que a falta de comunicação e entrosamento entre as pessoas propicia, uma vez que eles não puderam se comunicar. Não existe nada mais familiar que o próprio corpo e cada um o representou de tamanhos e maneiras diferentes. Porém, se os grupos tivessem tido contato uns com os outros, ou seja, trabalhassem em

harmonia, em cooperação visando um mesmo interesse, esta desproporção não teria acontecido.

Com isso, o grupo constatou a importância do entrosamento, da união e principalmente da comunicação para que exista de fato uma parceria entre a escola e a família. Sendo assim, ficou estabelecida a Comissão de Organização para a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da EEEF. Coronel Urbano das Chagas.

Partindo para o encerramento da reunião, foi ressaltada a necessidade *a priori* de conhecer o documento em estudo, para que a partir daí traçássemos as estratégias para as mudanças necessárias. Para facilitar a comunicação entre os participantes, ficou combinado a criação de um grupo na rede social “*Facebook*”, onde seria disponibilizado o atual Projeto Político-Pedagógico. Desse modo, o mesmo já poderia ser analisado por quem desejasse, antes da próxima reunião, que ficou com a data marcada. Uma vez que a rede social é uma ferramenta facilitadora da comunicação e está ao alcance de todos nós, decidimos utilizá-la pelo grupo, como instrumento metodológico neste trabalho.

Após esse momento, foi pedido que todos elaborassem um portfólio, ferramenta pedagógica que consiste num sistema de registros, muito utilizado na área de educação e serve para demonstrar conhecimentos e competências construídas durante o desenvolvimento das atividades. Cada participante fez um breve relato do que achou da reunião e que gostaria de destacar como importante.

As colocações foram praticamente unânimes no sentido da importância da participação do Conselho Escolar, como órgão que representa todos os segmentos da Escola, além da necessidade de instrumentalização do mesmo para realizar tarefa de tamanha importância. Pois, segundo André (2001, p. 188), o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve "expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola". Ele é "a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade". Em síntese, qualidade "implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar" (DEMO, 1994, p. 19).

No encerramento da reunião foi apresentada uma caixa surpresa que continha uma tela de pintura, com algumas tintas, pincéis e uma folha com algumas instruções de trabalho. Estas orientavam para que cada um criasse a sua obra livremente, sabendo que outras pessoas participariam nessa construção. A cada dois dias a caixa deveria ser entregue na escola e repassada para outra pessoa que daria continuidade ao trabalho, como de fato aconteceu. A pedido do grupo, o sigilo sobre o que estava dentro da caixa foi mantido até que o último artista a recebeu.

A intenção era que, ao final da série de reuniões, tivéssemos além de um Projeto Político-Pedagógico atualizado, que retrata a realidade da nossa comunidade, uma tela pintada a várias mãos representando todos os segmentos que compõem nossa instituição e que ficaria decorando nosso espaço como um símbolo para servir de lembrança que uma escola democrática não se faz sozinho e, passe o tempo que passar, precisamos fazer valer esse direito que é nosso por mais difícil que pareça.

### **3.2.3.2 Selecionando o repertório para os naipes da orquestra**

No dia 25 de agosto, participamos de uma reunião convocada pela 13ª Coordenadoria Regional de Educação, para todas as diretoras, coordenadoras pedagógicas e demais supervisoras das escolas estaduais do município de Dom Pedrito. onde a pauta da reunião era sobre elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Plano Anual das Escolas. Várias informações para a construção do documento nas escolas foram fornecidas e estabelecido o prazo para entrega do Projeto Político-Pedagógico, que seria até o dia 30 de setembro de 2014, e veio a ser prorrogado posteriormente. A reunião foi importante, visto que serviu para reforçar nosso Projeto de Intervenção, uma vez que o referencial teórico sugerido veio ao encontro do mesmo que já estávamos estudando e tínhamos mais um apoio para cumprir o cronograma.

Na sequência dos trabalhos (dia 28 de agosto) aconteceu na Escola uma reunião com as coordenadoras dos turnos da manhã, tarde e noite, além da diretora. Nesta reunião, analisamos as informações que foram passadas pela representante da 13ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), sobre a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico. Partindo da apreciação do material disponibilizado pela

CRE, traçamos uma metodologia de trabalho a ser sugerida ao Conselho Escolar em nossa próxima reunião, no dia seguinte. Nossa estratégia foi a seguinte:

- Compartilhar o material recebido, a fim de instrumentalizá-los para que pudessem auxiliar junto aos demais segmentos;
- Sugerir um cronograma de reuniões com todos os segmentos, exceto o dos alunos, visto que, já temos suas opiniões através da Exposição Temática nas salas de aulas. As prováveis datas seriam:
  - ✚ Dia 30 de agosto- reunião geral com os professores para que os mesmos, utilizando o Projeto Político-Pedagógico atual, que lhes foi disponibilizado através de um *pen drive* doado para cada um, no início do ano de 2013, revisassem-no, em pequenos grupos e anotassem as sugestões de alterações. Após esse momento, reuniríamos os relatores de cada grupo a fim de que, sintetizassem as respostas em um único documento.
  - ✚ Dia 02 de setembro- reunião com os pais, em um salão com espaço mais amplo, na comunidade, próximo à escola. A estratégia de ação seria semelhante a dos professores, apenas com alguns itens, mais específicos, selecionados para a discussão em grupos.
  - ✚ Dia 03 de setembro – reunião com os funcionários, dentro do horário de trabalho deles, a fim de termos a presença de todos. O material utilizado seria o mesmo da reunião com os pais.

Após essas reuniões, de posse do documento sintetizado de cada segmento, daríamos início ao estudo bastante detalhado acerca de qualquer alteração proposta.

### **3.2.3.3 Definindo a metodologia para os ensaios**

No dia seguinte, realizamos a segunda reunião com o Conselho Escolar, que teve início com a aplicação da dinâmica “Jogo das bexigas”. A dinâmica consiste em distribuir uma bexiga para cada um dos participantes, que deveria encher a sua. Em seguida, foi pedido para que todos ficassem de pé e que formassem um grande

círculo. Cada um deveria manter-se em movimento, andando pelo espaço feito pelo círculo, não devendo se afastar do grupo. A bexiga deveria ser mantida no ar dando tapinhas, de modo a não deixar cair no chão. Caso isso acontecesse, deveria pegá-la e colocá-la novamente no ar. Antes do início do jogo, ficou combinado que eu iria tocar nas costas dos participantes e que este, ao ser tocado, deveria se afastar do grupo deixando a bexiga. Com isso, ficaria cada vez mais bexigas e cada vez menos participantes, e os que continuassem no jogo, deveriam se esforçar ao máximo para manter todas as bexigas no ar. Chegaria um determinado momento que isso não seria mais possível por mais que os participantes que restassem se esforçassem.

O objetivo da mesma é demonstrar a importância da divisão de tarefas. Se cada um fizer a sua parte, ninguém ficará sobrecarregado. Mostrar a importância da participação de todos no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Ao final da dinâmica foi aberto um espaço para ouvirmos as conclusões a que chegaram os participantes. Foi um momento muito importante, pois ouvimos colocações do tipo:

-- “Achei importante ter alguém com quem contar no momento em que estamos “pra baixo”. Se um está caindo o outro companheiro pode ajudar a levantar”.

-- “Por mais que tenhamos ótimas ideias, se estivermos sozinhos, não conseguiremos dar conta de fazê-las”.

-- “É muito importante dividirmos o trabalho. Cada um fazendo a sua parte atingiremos juntos, o objetivo maior”.

Diante destes posicionamentos, concluímos a importância de dividirmos o trabalho que teríamos a seguir. Se estivéssemos sozinhos, apenas equipe diretiva, seria praticamente impossível realizarmos um trabalho com qualidade. Todavia ao contarmos com o apoio do Conselho Escolar, trabalhando de forma dinâmica e consciente teremos possibilidades bem maiores de sucesso.

A seguir, apresentamos e discutimos o conteúdo de um *Power Point* explicativo sobre a importância e a competência do Conselho Escolar na (re)construção do Projeto Político-Pedagógico. A seguir, um relato do que foi exposto ao grupo:

O PPP é um documento pedagógico que precisa estar bem embasado em todas as diretrizes e determinações legais. Ele não pode ser um documento cheio de



intenções e ações que não estejam fundamentados na legislação. E, é político porque precisa ser democrático, tem que ser pensado, discutido e analisado pela comunidade envolvida até chegar a um consenso para decidir. Visa enfrentar desafios porque ele não deve ser elaborado somente em cima do que temos e também deve expressar a vontade sobre o que queremos alcançar para a nossa escola. Precisa ser completo e flexível, além de indicar qual direção seguir e requer uma gestão democrática, na qual todos os segmentos terão a oportunidade de participar tendo uma voz ativa tanto ao que se quer quanto ao que se faz. É um instrumento de transformação justamente porque podemos expressar o que queremos mudar e de que forma vamos perseguir esse ideal, essas metas estabelecidas. Lembrando que todos têm responsabilidades e que precisamos estar engajados em torno da unidade escolar, pois muitas vezes, um trabalho isolado compromete o trabalho da maioria. Então, entra a responsabilidade de cada um.

O projeto político-pedagógico também aborda questões relacionadas às diferenças da diversidade cultural, étnico-racial, gênero e sexualidade; bem como é momento de repensar a nossa estrutura organizacional, o nosso currículo, o nosso tempo escolar, a nossa matriz curricular, os métodos e projetos, as nossas relações que envolvem as normas de convivência, a nossa avaliação e a finalidade a que se presta. Representa a oportunidade de a comunidade tomar a escola nas mãos, ou seja, através da escola atingir os nossos objetivos.

A finalidade é uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana. Precisamos fazer um instrumento bem elaborado para que ele esteja sempre a nosso favor em relação às questões pedagógicas, às questões de convivência. O nosso cotidiano precisa estar contemplado neste documento que deve estar em consonância com o Regimento Escolar de forma a nos valer destes documentos para termos respaldo nas nossas ações. Por isso ele precisa ser bem pensado, bem analisado para que não venhamos a passar por situações que nos faltem fundamentações teóricas.

Neste momento, foi colocada por uma participante a importância de não deixarmos colocações ambíguas. Sabendo que existem questões bem delicadas que exigirão um estudo mais profícuo de forma a termos um instrumento a favor da Escola. Por exemplo, quanto às normas de convivência, precisamos observar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do

Adolescente, entre outros, a fim de não nos equivocarmos no estabelecimento das mesmas e que venham a nos auxiliar.

A escola deve buscar um ideal comum, fazendo com que todos os alunos aprendam, promovendo uma aprendizagem significativa tendo sempre como objetivo o sucesso e a permanência do aluno na escola e isto precisa estar contemplado no PPP.

Enfatizamos a importância de todos os segmentos participarem desta elaboração, destacando que ninguém deve ficar de fora. Ninguém deve participar somente para homologar e legitimar as decisões de uma minoria de dentro da Escola. O envolvimento tem que ser integral. No mínimo, cada grupo deve estar representado no processo de construção do PPP e ser estimulado a decidir. Por isso, esse processo deve ser organizado e participativo.

Apresentamos um esquema baseado na metodologia de Veiga (1996) e de Vasconcellos (2000) sobre o Marco Referencial dividido em: Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional, a fim de orientá-los sobre esta etapa do trabalho. Em poucas palavras colocamos o que de mais importante sobre esta etapa. Colocamos que o Marco Situacional da nossa Escola pode ser descrito também através do trabalho da Exposição Temática nas Salas de Aulas. Com isso, demonstramos que as informações necessárias podem ser obtidas não somente através de reuniões, mas, também, através de outras práticas pedagógicas desenvolvidas pela Escola.

Após essa etapa, tínhamos os subsídios, em face dessa realidade para definir e decidir o que queremos. Seria o momento de sintetizarmos as ideias...

Depois dessa exposição, foi ressaltada a importância de dividirmos o trabalho, lembrando a “Dinâmica das Bexigas” realizada no começo da reunião e, colocamos uma sugestão de trabalho, conforme cronograma elaborado no terceiro encontro, descrito acima.

Uma das mães, representante do segmento dos pais, falou da sua preocupação, destacando que não era pessimista, mas temia que a participação dos pais não fosse muito grande, pois, ao conversar com outros pais, no momento da entrada das crianças, percebe a relutância dos mesmos em envolver-se nos assuntos da escola. Foi falado sobre a preocupação em como fazer o bilhete, a chamada dos pais para que os mesmos atendam ao convite. Argumentamos a expectativa de uma boa participação, visto que, na Exposição Temática, não ficou

bem clara a intenção do espaço deixado nas salas para os recados e sugestões para o PPP. Com isso, alguns pais não entenderam aquele momento como parte da (re)construção do mesmo e alguns teriam manifestado que estavam aguardando a oportunidade de participarem. Como tivemos uma ótima visitação da comunidade e, quando chamados para reuniões ou para o conselho de classe participativo temos atingido um alto índice de participação, esperávamos que não fosse diferente nesse momento. Sabíamos que era um risco que correríamos de ter um pequeno quórum, mas o fato é que a Escola estaria oportunizando a participação de todos e quem viesse teria este espaço aberto para manifestar-se e fazer valer a sua voz. Ficamos de divulgar o convite através de bilhete feito pela Comissão e distribuído a todos os alunos, além de postagens na página da Escola, no *Facebook* e através de anúncios nas rádios locais. Frente a isso, ficou decidido o que segue abaixo:

1. Realização de reuniões com o segmento dos professores, dos pais e dos funcionários para oportunizar, mais uma vez, a manifestação dos mesmos, visto que gostaríamos de ter uma participação mais expressiva e consciente, já que os alunos contribuíram através da Exposição Temática nas Salas de Aulas;

2. Em cada reunião, faríamos a apresentação do projeto fundamentando teoricamente e, a seguir dividiríamos em pequenos grupos, onde em cada um deles, teríamos um dos integrantes do Conselho Escolar ou da Equipe Diretiva, já instrumentalizados, para auxiliá-los, em caso de dúvidas e participarem também. Baseado nos estudos de Vasconcellos (2013), sobre as etapas de operacionalização das três partes do projeto, distribuiríamos a tarefa para ser analisada individualmente, discutida com os demais componentes do grupo e, a seguir redigida uma proposta a ser apresentada em plenário com os demais relatores. Estes deveriam analisar as propostas, discutir e redigir um único documento de cada segmento, contendo suas sugestões para o Projeto Político-Pedagógico da escola e submetendo-o novamente à aprovação geral.

3. De posse desses materiais, a Comissão de (re)construção do PPP faria a análise, segundo as diretrizes e legislação vigente, da possibilidade de serem implantadas no nosso documento.

4. Após esta etapa, realizaríamos uma assembleia geral com todos os segmentos para submetermos à aprovação o Projeto Político-Pedagógico reconstruído.

Os membros do Conselho Escolar acharam que não haveria necessidade de estarem juntos na hora de redigir as alterações, visto que poderia ser feito pela equipe da coordenação pedagógica e, posteriormente, estariam todos presentes na assembleia para a aprovação.

Com a aquiescência do Conselho Escolar, partimos para a definição da estrutura do material a ser distribuído nas reuniões. Ficou, então, estabelecido que seria solicitado aos professores que, quem pudesse, trouxesse para a reunião seu *notebook* com a cópia do Projeto Político-Pedagógico que foi distribuído pela escola, no início do ano passado em um *pen drive* de modo a analisarem em pequenos grupos, todo o projeto e elaborassem as suas sugestões. Para as reuniões com os demais segmentos decidimos selecionar alguns itens mais específicos como os objetivos, normas, avaliação, projetos extraescolares que a escola desenvolve e os recursos físicos da escola.

Para encerrar a reunião foi entregue a “Caixa Surpresa” para mais uma mãe que deveria dar continuidade ao trabalho. Os participantes da reunião saíram motivados e disponíveis para a realização dos trabalhos programados. Podíamos perceber neles um sentimento de pertencimento e/ou envolvimento naquele grupo, uma vez que seus relatos demonstravam satisfação em participar de um processo de tomada de decisões da escola.

O próximo movimento a ser executado na peça pedagógica estava sob a responsabilidade dos professores...

#### **3.2.3.4 Reunindo o naipe dos professores**

No dia 30 de agosto, foi a vez de afinarmos os instrumentos dos professores e fazermos a leitura da sua voz na partitura pedagógica.

Em meio a muito burburinho de chegada, como em qualquer ensaio musical, foi dado início ao trabalho. Lembrando que, muitas vezes nos deparamos com partituras que precisam ser lidas à primeira vista e não podemos iniciar num andamento “Vivace<sup>3</sup>” ou mesmo “Presto”, pois, embora com boa técnica, se muito acelerados, poderemos passar por cima de detalhes que são importantes... É

---

<sup>3</sup> Andamentos musicais: *Largo*- 40 a 60 Batimentos por minuto (BPM), *Andante* – 76 a 108 BPM, *Moderato* – 108 a 120 BPM, *Vivace* – 152 a 168 BPM e *Presto* – 168 a 200 BPM.

necessário desacelerarmos e num andamento mais “Largo” ou “Andante”, quem sabe até “Moderato”, analisarmos o que se faz pertinente. É tão bom olharmos nos olhos do nosso colega, conversarmos, trocarmos ideias, entendermos a partitura dos seus pensamentos e expressar a nossa linha melódica, pois através deste compartilhamento, nossas vozes poderão se afinar. E, é disso que precisamos...

Então, após um momento de reflexão para voltar à calma, foi dado início ao trabalho. Colocamos para os colegas que, precisaríamos concluir o projeto de (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola até o dia 30 de setembro, quando deveria ser entregue à 13ª CRE para a aprovação. Como este trabalho já vinha sendo desenvolvido desde o ano anterior, estaríamos prestes a concluí-lo, todavia era chegado o momento de realizarmos a análise detalhada do documento vigente para verificar as alterações que se faziam necessárias. Muitos itens que constavam como metas a serem alcançadas já haviam sido atingidas enquanto outras precisariam ser incluídas, portanto, era necessária uma nova redação além de que, nossa comunidade se alterou nesse período de dois anos e, conseqüentemente nossa realidade já era outra.

Baseado no material sugerido pela Coordenadoria, apresentamos a fundamentação teórica deste trabalho, de modo a justificar o porquê da aplicação desta metodologia. Por que reunirmos os segmentos para ouvi-los? Por que dar a todos, vez e voz neste processo? A partir daí, explicamos que, deveríamos considerar a clientela, as diretrizes pedagógicas e que todas as propostas seriam analisadas, assim como verificada a pertinência da alteração no documento à luz da legislação vigente.

A seguir, foi pedido que o grande grupo se dividisse em pequenos grupos e foram distribuídas folhas para serem redigidas as propostas de alterações. Como todos os grupos trouxeram *notebooks* e o Projeto Político-Pedagógico, puderam analisar o documento na íntegra e propor as suas sugestões que foram redigidas por um relator. Após um determinado tempo, concluído o trabalho nos grupos, voltamos à formação inicial do grande grupo e demos início à leitura do documento contando com a participação dos relatores. Cada um apresentou suas propostas que foram discutidas pelo grande grupo e, por fim, redigida uma síntese por uma das relatoras, no *notebook* utilizando uma fonte com outra cor e entregue à Comissão de (re)construção do Projeto Político-Pedagógico, via e-mail.

As alterações propostas foram as seguintes:

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS – acrescentar: respeito às diferenças étnico-raciais, de gênero e sexualidade;
- ESTRUTURA CURRICULAR - acrescentar o programa Mais Educação que já acontece na escola desde 2013;
- PLANEJAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA - necessidade do professor ter a carga horária em uma única escola;
- ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA – acrescentar na parte diversificada: componente curricular de Educação Musical, Cultura Regional, Educação Física nos anos iniciais, Educação Ambiental, Direitos Humanos e deveres cívicos, história afro-brasileira e indígena, com professores capacitados e técnicos da área. Atendimento em forma integral com adesão ao programa Mais Educação oportunizando atividades diferenciadas com oficinas diversificadas;
- AVALIAÇÃO DO ALUNO NOS ANOS INICIAIS - Possibilidade de aceleração aos alunos com atraso escolar.

Incluir uma forma de conceito junto ao parecer descritivo;

- DA AVALIAÇÃO DO ALUNO NOS ANOS FINAIS - Os resultados da avaliação do aproveitamento, considerando a totalidade das atividades trimestrais, serão registrados através de notas, acompanhadas de observações quanto ao desenvolvimento das habilidades e competências propostas.

Referente a este aspecto, foram modificados os critérios, de acordo com a opção de expressão dos resultados por notas, definidos para a avaliação são: 20 (1º trimestre) + 30 (2º trimestre) + 50 (3º trimestre). A nota mínima para aprovação ao final do ano letivo será 60, de acordo com o somatório dos trimestres. Aos alunos que não atingirem aproveitamento mínimo nos trimestres, serão oferecidas, ao longo do ano letivo, oportunidades de recuperação, visando melhoria do aproveitamento. Este processo será aplicado em todos os componentes curriculares e em todos os anos finais.

- CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO - Realização de um pré-conselho com os alunos, conselho com todos os professores e um pós-conselho com a presença dos pais para a entrega das avaliações.
- NORMAS DE CONVIVÊNCIA:

- PROCEDIMENTOS MEDIANTE AS INFRAÇÕES DOS ALUNOS – Incluir trecho da lei sobre desacato ao funcionário público, destacando a autoridade do professor e funcionário – responsabilizar os pais pelas atitudes e atos dos seus filhos;
- DEVERES DOS PROFESSORES – Acrescentar os direitos dos professores;
- PROCEDIMENTOS MEDIANTE AS INFRAÇÕES DOS PROFESSORES - Especificar valores éticos e morais;
- PROJETOS EXTRACURRICULARES - Elaboração de trabalhos interdisciplinares científicos e participação em “Feiras de Ciências”, interna, municipal e estadual.

O momento foi muito importante, visto que tivemos a participação da grande maioria dos professores e, em pequenos grupos, de posse da cópia do documento do PPP, tornou-se mais fácil a reflexão e discussão. Na hora da manifestação dos posicionamentos, todos estavam aptos à discussão, fazendo com que suas sugestões fossem bem argumentadas.

Assim, foi concluída esta etapa com o segmento dos professores e seguimos com o segmento pais.

### **3.2.3.5 Reunião com o naipe dos pais**

No dia 02 de setembro, em um salão próximo à escola, às 19h, foi a vez de nos encontrarmos com os pais. Tivemos uma presença de público significativa e muito receptiva. Começamos a reunião com as boas vindas dadas pela diretora da Escola e pela presidente do Conselho Escolar. Logo a seguir, apresentamos uma mensagem de introdução e, baseado nela, realizamos alguns comentários acerca da importância da participação da família na escola, dando as suas opiniões e sugestões, de modo a contribuir para o bom andamento da mesma.

Apresentamos uma breve fundamentação teórica para o trabalho lembrando que em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo. A contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da

democracia participativa fundamenta e exige a gestão democrática na escola. Para isso, a LDB, no seu art. 14, afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, como referido anteriormente, prevê os princípios que colocam a importância da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo Marçal (2001):

O Projeto Pedagógico retrata a identidade da escola, oferecendo diretrizes gerais quanto ao que a escola precisa desenvolver, visando tornar o seu trabalho mais agradável, produtivo e voltado para construção da cidadania nos sujeitos que dela participam. (MARÇAL, 2001, p.87).

Por isso, o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento de transformação, é o trabalho pelo desenvolvimento pessoal de cada aluno, professor e funcionário para que haja entendimento da responsabilidade que cada um tem com o coletivo da escola. Ele deve ser um instrumento de mudança e indicador de diretrizes.

Falamos sobre a importância da participação do Conselho Escolar por ser ele, primordialmente, o sustentáculo do Projeto Político-Pedagógico que permite a definição dos rumos e das prioridades da escola e que, realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade. Por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Para essa elaboração coletiva precisamos considerar alguns aspectos peculiares de cada instituição, como a cultura de sua comunidade e os currículos locais, entre outros.

Destacamos a importância da presença e da participação de todos, decidindo de fato, neste momento, e contribuindo para a melhor formação do cidadão.

A seguir, foram dadas as instruções para a tarefa e divididos os grupos para análise, discussão, reflexão e redação das sugestões. Dividimo-nos - os membros da comissão - nos grupos, a fim de orientar e colaborar com o que fosse necessário. Após um espaço de tempo, à medida que todos concluíssem seu trabalho, organizamos um novo grupo com os relatores e os integrantes da comissão a fim de,



redigirmos um único documento representando o segmento dos pais. Foi um momento muito importante...

As sugestões apresentadas pelos pais foram as seguintes:

- PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS – que fosse criada uma frase priorizando os valores éticos e morais que devem estar presentes em todas as atividades;
- RECURSOS HUMANOS - Mobilização da comunidade escolar através do Conselho Escolar para procurar a Promotoria de Justiça, visando meios para nomeação de profissionais para suprir as carências; aumentar o número de pessoas para fazer o controle durante o recreio; parcerias com universidades e escolas técnicas para oportunizar espaço a estagiários;
- RECURSOS FÍSICOS - Reforma da rede elétrica, instalação de condicionadores de ar, maior segurança no pátio e em todos os lugares necessários; cobrar maior agilidade da Secretaria Estadual de Educação quanto à elaboração e execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio;
- ESTRUTURA CURRICULAR - Reforçar os currículos relativos à dança, teatro e música;
- ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA - Concordamos e reforçamos a recuperação paralela, avaliação constante, currículo contextualizado, superação da fragmentação do currículo. Enfatizar valores;
- AVALIAÇÃO DO ALUNO NOS ANOS INICIAIS - Incentivar mais a leitura;
- DA AVALIAÇÃO DO ALUNO NOS ANOS FINAIS – concordaram com a proposta dos professores;
- CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – Concordaram com a modalidade praticada. Sugeriram que deve melhorar a qualidade do boletim e integralizar as notas no final do ano. Foi informado que o boletim já é elaborado no sistema Procergs Escola para ser impresso e a cada trimestre aparecem todas as notas e frequência anteriores, sendo que ao término do ano letivo o resultado é completo.
- NORMAS DE CONVIVÊNCIA – Concordaram com as já existentes e sugeriram trabalhar mais os direitos e deveres, instalar câmeras de controle nos banheiros, corredores e pátio para os recreios.

- PROJETOS EXTRACURRICULARES – além dos existentes, foram sugeridos: mais projetos de leituras, projetos destacando valores, incentivar os alunos a trabalharem sobre datas comemorativas e aulas de Educação Física mais direcionadas.

Sabemos que este momento é altamente desafiador, pois nos é permitido sonhar enquanto pais, o que de melhor desejamos na escola para nossos filhos. E foi isso que vimos, no rosto dos que estavam ali, desde o mais simples, com pequeno grau de estudo até o mais avançado na escolaridade; todos falavam a mesma linguagem, todos estavam empenhados em contribuir na construção de uma educação melhor para seus filhos e sua comunidade. As pessoas saíram agradecendo pela oportunidade de participar daquele momento, ressaltando o quanto tinham achado importante este espaço político-pedagógico que lhes deu a vez e a voz. Com isso, sentimos satisfação em realizar este trabalho sabendo que, embora encontremos adversidades no sistema educacional, ainda podemos contar com tantas parcerias que nos ajudam a não desistir de sonhar e muito menos desistir de realizar os nossos sonhos.

Depois de afinado o naipe dos pais, demos por encerrado este ensaio e, passamos a preparar a partitura dos funcionários...

### **3.2.3.6 Reunião com o naipe dos funcionários**

No dia 03 de setembro, às 10h, todos os funcionários da escola tiveram suas atividades suspensas para participarem da reunião de (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola. Era mais um ensaio para nossa grande obra político-pedagógica. Como não poderia ser diferente, foi feita a introdução da reunião com uma mensagem de boas vindas e tecemos alguns comentários sobre a importância de cada pessoa no contexto escolar, inclusive o funcionário, que também é um educador. Discutimos acerca da importância da participação deste segmento, pois, no primeiro momento, o que se ouviu é que este assunto não lhes dizia respeito e, sim aos professores, pois eles não entendiam nada sobre o assunto. Procuramos conscientizá-los que o seu ponto de vista sobre o dia-a-dia da escola é de grande valor, visto que eles veem o que o professor ou a equipe diretiva muitas vezes não

vê das atitudes do aluno e de toda a comunidade escolar. Por isso, precisamos conhecer a sua visão e permitir-lhes a participação no processo em construção. Isso fez com que se sentissem valorizados e não apenas integrantes, mas participantes da vida escolar. Foi experimentado um sentimento de pertencimento ao grupo, que pode ser observado através do olhar e do sorriso de satisfação das pessoas ali presentes.

Após este momento, partimos para a fundamentação teórica do PPP, conforme abordada anteriormente neste relatório e, começamos a análise e reflexão do documento ao qual foram feitas as seguintes sugestões de alterações, pelos funcionários:

- PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS – foi sugerido por uma funcionária que a escola tivesse uma frase de fácil assimilação por todos, como sua missão. Assim foi sugerido o seguinte: “A formação de um ser humano capaz de vivenciar valores verdadeiros; exercer a cidadania; participar e aprender”.
- RECURSOS HUMANOS – A escola necessita de um técnico de informática e um responsável para o atendimento na biblioteca, além do aumento no número de agentes educacionais, de infraestrutura e de alimentação.
- RECURSOS FÍSICOS - Mais banheiros femininos e masculinos.
- ESTRUTURA CURRICULAR – Concordaram com o que já estava previsto.
- ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA – Concordaram com o que já estava previsto.
- CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – Preferiram não opinar.
- NORMAS DE CONVIVÊNCIA - Concordaram com o que já estava previsto.
- PROCEDIMENTOS MEDIANTE AS INFRAÇÕES DOS ALUNOS - Concordaram com o que já estava previsto.

Esse momento, assim como os demais, foi muito importante e de muito crescimento. Nossos funcionários sentiram-se envolvidos no processo e participaram efetivamente do que acharam pertinente, preferindo não opinar em alguns aspectos ou apenas concordando com o que já existia, mas discutiram amplamente a construção de uma frase que identificasse a nossa missão de Escola, entre outras. Foi um espetáculo muito sonoro aos nossos ouvidos.

E, assim, fizemos a leitura da voz que faltava em nossa partitura... Agora é chegado o momento da transcrição da composição para efetuar os ajustes necessários e cabíveis, de modo que a mesma tenha um som agradável e aos nossos ouvidos e de toda a comunidade interna e externa.

## **4 MOMENTOS FINAIS DO ESPETÁCULO...**

### **4.1 Transcrevendo a composição político-pedagógica**

Na verdade esta próxima etapa exigiu de nós, equipe de regência da orquestra - comissão organizadora dos escritos, formada pela coordenação pedagógica e equipe diretiva - vários outros encontros para a análise, comparação, reflexão e transcrição da nova composição político-pedagógica. Passamos horas e horas discutindo, de modo a contemplar todas as vozes. Era necessário dar uma nova formatação ao documento por exigência da CRE, ou seja, precisávamos criar um novo arranjo em nossa partitura político-pedagógica. Como em uma peça musical, analisamos um a um dos trechos detalhadamente, a fim de garantir uma boa construção melódica.

Após organizarmos em uma cópia digital todas as sugestões dos segmentos, legendado com cores diferentes para cada segmento, começamos a analisar à luz do Regimento Escolar, pesquisamos várias bibliografias, analisamos minuciosamente a legislação vigente, além de ponderarmos as proposições de modo a (re)construirmos um documento profícuo.

Surgiram muitas indagações, muitas descobertas quanto a aspectos da legislação que foram alterados e desconhecíamos até aquele momento. Dentro da pesquisa bibliográfica, encontramos várias sugestões de trabalhos importantes que poderemos aplicar em nossa realidade. Foi um momento de estudo e trabalho muito enriquecedor.

Passados cinquenta dias, paralelos a tantos outros trabalhos não menos importantes, finalmente concluímos a digitação e já podíamos convidar a todos os segmentos para a assembleia geral quando, então, seria votada a aprovação do novo Projeto Político-Pedagógico.

### **4.2 Concerto final da orquestra**

Dia 24 de novembro, às 19h 30min, foi mais um dos grandes momentos vividos neste período de execução do Projeto de Intervenção... Finalmente, era chegado o dia da apresentação do produto de um trabalho elaborado de forma democrática, aberto à participação de todos os segmentos. Com convites feitos

pelos integrantes da Comissão de (re)construção do Projeto Político-Pedagógico nas salas de aulas e distribuídos aos alunos para levarem aos pais/responsáveis, além de divulgação no *Facebook* e na página da escola, foi passado uma circular convidando aos professores e funcionários para a assembleia. Apesar da divulgação não tivemos um grande público, todavia todos os segmentos estavam representados e participaram da votação. Com o auxílio da mídia instalada na sala de reuniões fomos projetando, na íntegra, o novo Projeto Político-Pedagógico e submetendo à aprovação item por item que havia sido alterado.

Dessa forma, a comunidade escolar ali representada, pode apreciar o resultado de tamanho envolvimento na intervenção através dos ensaios com cada uma das vozes da nossa orquestra educacional Urbano das Chagas. Era chegado o momento de ver a sua participação direta na escrita de uma nova partitura político-pedagógica a cinco vozes (equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos), sob a regência da Comissão de Organização para a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas. Finalmente nossa nova composição estava sendo executada e submetida à apreciação de todos que quiseram ouvi-la. Foi um momento singular de concretização da democracia em nossa escola. Todavia, sabemos que o trabalho não se encerrou por aí, pois no dia 25 de novembro de 2014, o mesmo foi entregue, na forma impressa à 13ª CRE, para sua homologação. A partir daí, a comunidade deve continuar sua participação, fiscalizando e avaliando se o trabalho desempenhado na/pela escola expressa a melodia escrita no pentagrama do Projeto Político-Pedagógico.

Após este momento, nossa sensação, enquanto membros da Comissão de Organização era de dever cumprido. Procuramos fazer tudo da melhor maneira possível como proposto e chegamos ao final. Gostaríamos de ter contado com um público maior neste encontro, para isso o espaço foi disponibilizado, o convite foi enviado, todavia, como vivemos numa democracia, as pessoas têm o direito de escolher se querem ou não participar. Porém, ficamos satisfeitos pelas pessoas que vieram e demonstraram seu apoio e apreço ao trabalho desenvolvido. O importante é saber que procuramos satisfazer os anseios de nossa comunidade escolar e extraescolar, dentro da nossa competência e das limitações do sistema.

### 4.3 Gran finale - entrega do novo PPP

E, como todo o espetáculo merece um *gran-finale*, aconteceu no dia 11 de dezembro de 2014, a partir das 21h, durante a celebração de Ação de Graças, denominada “Urbano em Noite Feliz – 2ª edição”, com um grande público concentrado no pátio da escola, a entrega do novo Projeto Político-Pedagógico à comunidade escolar Urbano das Chagas. Foi um momento festivo que contou com a participação de praticamente todos os alunos, além de convidados da comunidade, como pais que subiram ao palco, com seus filhos e cantaram e encantaram com seus instrumentos musicais. Cada turma construiu uma guirlanda e abriu o espetáculo entrando com a mesma e pendurando-a em pontos demarcados no muro que cercava, decorando assim o ambiente. A equipe de monitores do programa Mais Educação, juntamente com uma empresa do município, construiu uma árvore de natal com garrafas pet que ficou iluminada naquele momento.

Todas as turmas fizeram apresentações artísticas variadas para orgulho e felicidade dos pais ali presentes, que não se cansavam de fotografar e filmar o espetáculo. No intervalo das apresentações, foi feita a entrega à comunidade escolar, na pessoa da diretora Cilene Friedrich, da cópia do Projeto Político-Pedagógico (re)construído como um dos produtos do Projeto de Intervenção da mestranda responsável pelo mesmo. E, como outro produto do trabalho, a tela pintada por todos os membros da Comissão de Organização para a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da EEEF. Coronel Urbano das Chagas para que a mesma represente não apenas uma peça singular de decoração, mas um símbolo de Gestão Democrática, princípio conquistado com muita luta e orgulho e, que jamais deve ser esquecido na escola, no sistema e na Educação como um todo.

Alguns momentos do encerramento do espetáculo podem ser acompanhados de acordo com as fotos a seguir:

Figura 12 - Parte do público na entrega do PPP



Fonte: A própria autora

Figura 13 - Entrega dos produtos do Projeto de Intervenção



Fonte: A própria autora



Figura 15 – Tela pintada pela Comissão de (Re)construção



Fonte: A própria autora

## 5 PÓS-CONCERTO: (IN)CONCLUSÕES

O tipo de intervenção escolhido foi o da pesquisa-ação, visto que pressupõe, conforme Franco (2005), uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos, levando em conta a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática.

O espaço de intervenção foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, oportunizando o envolvimento a toda a comunidade escolar e extraescolar e teve como equipe coordenadora e executora a Equipe Diretiva, o Conselho Escolar e a pesquisadora proponente da intervenção. Estabelecemos parcerias com a Universidade Federal do Pampa, com a 13ª Coordenadoria Regional de Educação, com a comunidade escolar e extraescolar.

Em relação à etapa da Programação do PPP da Escola, é necessário refletir até que ponto a responsabilidade é:

- a) Nossa: fizemos um bom diagnóstico? Tínhamos percepção clara do que desejávamos? O espaço de autonomia relativa foi bem ocupado?
- b) Ou é decorrência de condicionamentos sociais: fatores que excedem nossa esfera de ação e reflexão e que não poderiam ser previstos no momento de organização da Programação.

Sendo assim, fazendo uma análise da Programação do Projeto é importante salientarmos que não é possível o projeto resolver todos os problemas e sim, alguns bem específicos, inclusive pontuados em nossos objetivos e são estes que estarão sendo avaliados. A intenção é que, ao atingirmos estes objetivos, estejamos construindo uma base sólida para mudanças mais substanciais no processo. Por isso, precisamos valorizar muito o caminho que já foi percorrido.

Tínhamos primeiramente a intenção de realizarmos entre as ações concretas da Intervenção, quatro momentos que foram chamados de “Momento Cultural na Escola”. A programação de três destes encontros envolveria apresentações artísticas, abordagens teóricas sobre o Projeto Político-Pedagógico e divisão do público em pequenos grupos para estudo *in loco*, contendo representantes de todos os segmentos a fim de, em um encontro, analisar, refletir, discutir e relatar suas ideias sobre o Marco Referencial do Projeto Político-Pedagógico e, em outros dois, o

Diagnóstico e a Programação. Após, os relatores de cada grupo reunir-se-iam em uma sala à parte, para a realização da síntese das ideias abordadas. Ao retornarem os relatores ao plenário apresentariam a síntese para aprovação pelo público do compêndio das ideias. Ao término dos encontros, a Equipe Diretiva e o Conselho Escolar organizariam o material construído, durante os Momentos Culturais, para a elaboração do novo Projeto Político-Pedagógico, reconstruído por sua comunidade. E, o encerramento dos trabalhos se daria no “IV Momento Cultural na Escola”, quando aconteceria a assembleia geral para apresentação e aprovação do novo documento. Devido a grande dificuldade de reunir a comunidade escolar várias vezes num pequeno espaço de tempo, visto que não seriam apenas estes os momentos que precisaríamos encontrar com os pais, durante o ano letivo, foi decidido, em consenso com a equipe diretiva substituímos esta programação por outra mais prática e objetiva. Foi então que surgiu a Exposição Temática na Sala de Aula, as reuniões por segmentos e a pintura da tela pela Comissão de Organização, entre outras ações concretas. O lançamento da Revista da Escola, que seria elaborada com os subsídios da Exposição Temática nas Salas de Aula, e pretendíamos promover em evento alusivo ao 57º aniversário da Escola, devido a questões alheias à nossa vontade, decorrentes de fatores que excedem nossa capacidade de ação e reflexão, não aconteceu no prazo previsto. Todavia, continua o projeto, mesmo que com algumas alterações, para ser executado no próximo ano.

Conforme Villas Boas (2013):

(...) falar de projeto político-pedagógico implica em falar de avaliação, por ser esta a categoria do trabalho escolar que o inicia, o mantém no andamento desejável, por meio de contínuas revisões de percurso, e por oferecer elementos para a análise do produto final. (VILLAS BOAS 2013, p.180).

Sabemos que o produto é tudo que o vier a somar na relação escola-comunidade, além do Projeto Político-Pedagógico (re)construído de forma participativa e democrática com a identificação dos avanços alcançados e dos aspectos a serem trabalhados num outro momento. E, embora não estivesse previsto no início deste Projeto de Intervenção, foi construída individual e ao mesmo tempo coletivamente, como numa peça musical, dando uma significação muito grande ao trabalho, a tela pintada por todos os membros da Comissão de

Organização da (Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas. A construção da obra aconteceu paralela a do Projeto Político-Pedagógico e foi entregue à comunidade juntamente com o novo documento, num momento que não foi o previsto quando estabelecemos a Programação, porém, não poderia ter sido melhor do que durante a festa que reuniu grande parte da comunidade escolar no final do ano letivo, conforme já descrito anteriormente.

Quanto às reuniões com o Conselho Escolar para estudo e instrumentalização do mesmo foi uma Atividade Permanente, durante o processo e, segundo depoimento dos seus membros, atendeu de forma satisfatória as necessidades do grupo. Assim como o encontro entre a equipe da coordenação pedagógica e equipe gestora proporcionando momentos de diálogo, reflexão e criação de novas propostas de trabalho. Esperamos que se tornem permanentes estas atividades em nosso cotidiano escolar

As linhas de ação adotadas auxiliaram muito em nossa composição político-pedagógica. Cada orientação foi vivenciada com muito empenho e determinação pela Comissão de Organização, que não mediu esforços para superar os limites necessários para cumprir as normas estabelecidas a fim de alcançar a concretização das ações.

Quanto ao objetivo geral deste Projeto de Intervenção, que era a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico de forma democrática e participativa, oportunizando a manifestação de toda a comunidade escolar e extraescolar, consideramos que foi atingido. Informar os indivíduos sobre este espaço político-pedagógico e, então torná-los agentes ativamente imbricados no processo, usufruindo de um direito que até então lhes era desconhecido, é um resultado bastante satisfatório.

E, como no início deste Projeto de Intervenção, ao fazermos a análise documental das atas do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, em 2011, surgiram algumas interrogações, neste momento gostaríamos de respondê-las, baseados nos dados atuais.

Os membros integrantes da comissão organizadora foram: a equipe gestora, a coordenação pedagógica (composta por três coordenadoras, uma em cada turno) e os membros do Conselho Escolar. O Conselho Escolar participou ativamente durante todo o processo de (re)construção, desde o planejamento das ações até a

sua execução e aprovação do documento. A comunidade escolar foi ouvida em sua maioria, visto que foram abertos espaços para que cada segmento separadamente, por uma questão de organização do espaço disponível, comparecesse e de forma participativa, pudesse esclarecer suas dúvidas e compartilhar suas sugestões democraticamente. Ao término da redação do novo documento, antes de ser encaminhado à 13ª CRE, o mesmo foi aprovado em assembleia geral pela comunidade escolar que se fez presente no momento, sob a coordenação da comissão de organização.

O princípio da gestão democrática deve ser muito mais do que um preceito legal e, sim um modo de viver das pessoas e das instituições, valorizando o seu semelhante, independente da posição que esteja ocupando naquele momento, dando-lhe vez e voz, pois somente assim, poderemos conhecer as pessoas que nos cercam. Enquanto educadores, temos a necessidade de agir como verdadeiros maestros que regem a orquestra, como Freire metaforicamente registra na citação a seguir, já apresentada na epígrafe deste Relatório:

O educador ou o coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra. Da coordenação sintonizada com cada diferente instrumento, ele rege a música de todos. O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer. A sintonia de cada um entre si, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia de todos é o que possibilita a execução da peça pedagógica.

Essa é a arte de reger as diferenças, socializando os saberes individuais na construção do conhecimento generalizável e na formação do processo democrático. (FREIRE *apud* MEDEL 2008, p.37)

Pela ligação da pesquisadora mestranda com a música e inspirada em Freire, a metáfora da orquestra e da partitura musical serviu como propositiva para apresentar as reflexões e os movimentos teórico-práticos, desenvolvidos a partir da intervenção realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas, que resultou no presente Relatório Crítico-reflexivo.

Como em uma partitura musical, nós educadores, no papel de maestros, precisamos identificar as diferentes notas que a compõem, lembrando que até mesmo os acidentes musicais ou as dissonâncias podem produzir grandes e agradáveis efeitos sonoros. Sem esquecermos que a característica principal da música sinfônica é que ela é composta para diferentes grupos de instrumentos tocarem juntos, formando um grande mosaico sonoro...

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In.: Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005, 4ª edição

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 3). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad3.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad3.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília : MEC, SEB, 2004. 64 p. APÊNDICE A (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 4). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad4.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad4.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, caderno 5). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad5.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf)> Acesso em 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conselho escolar e sua organização em fórum**. Cefisa Maria Sabino Aguiar... [et al.]. - Brasília ; MEC, SEB, 2009, p. 95 p. (Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, caderno 12). Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/cad\\_12\\_seb.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/cad_12_seb.pdf) > Acesso em 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. SILVA, Marta Leandro et al. Sala ambiente projeto político pedagógico e a organização do ensino. In: **Escola de**

**Gestores da Educação Básica**, Coordenação Pedagógica MEC. Disponível em <[http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord\\_ped/sala\\_3/mod03\\_2unid\\_1.html](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord_ped/sala_3/mod03_2unid_1.html)> Acesso em 05 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. OLIVEIRA, José Mário Aleluia. Sala Ambiente Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. In: **Escola de Gestores da Educação Básica**. Coordenação Pedagógica MEC, p. 05, 2009. Disponível em <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Praticas-e-Espacos-de-Comunicacao-na-Escola%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Praticas-e-Espacos-de-Comunicacao-na-Escola%20(1).pdf)> Acesso em 29 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: < [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) > Acesso em 23 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Estabelece o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) > Acesso em 02 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) > Acesso em 02 jan. 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas, Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas, SP: Papirus, 1997 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

DAMIANI, Magda Floriana ET AL. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPEL. 2013

EYNG, A. Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba. V. 1 – n.1 p. 25-32. jan/abril 2002. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2912\\_1715.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2912_1715.pdf) > Acesso em 04 mar. 2013.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS. **Projeto Político-Pedagógico**. Dom Pedrito. 2012.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**. Vol. 31, nº 3, São Paulo. Set. a Dez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 28/ago. a 2/set.1994.

\_\_\_\_\_. Romão, José Eustáquio; (Orgs) **Guia da Escola Cidadã**- Instituto Paulo Freire. Cortez: 1997.

GADOTTI, Moacir; Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã. In **Construindo a Escola Cidadã**. Brasília. MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo na educação**. Porto Alegre, UFRGS, 1991. (Petrópolis, Vozes, 1995).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Org. **Organização e Gestão da Escola-teoria e prática**. 4 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2001, p 109-120.

\_\_\_\_\_. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



\_\_\_\_\_. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação. Coordenação Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

\_\_\_\_\_. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola? Módulo III**. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MARQUES, Mário Osório. “Projeto Pedagógico: a Marca da Escola”. Revista **Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola**, nº 18. Ijuí: Unijuí, abr./jun., 1990.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin Assis de. **Projeto Político-Pedagógico: construção e elaboração na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Valeska Fortes. Escola: a busca da identidade enquanto projeto político-pedagógico. In: **Contexto e Educação**, Universidade de Ijuí, ano 5, nº 10, abr/jun 1990.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar – Introdução Crítica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. de Paulo Francisco Slomp, do original incluído no livro de: LAVATTELLY, C.S., STENDLER, F. Reading in child behavior and development. New York: Hartcourt Brace Janovich. 1972.

**Reconstruir a Revista do Educador**. Ano 8, Nº 70, mar. 2009. Ouvindo Paulo Freire. Disponível em:

<<http://www.educacaomoral.org.br/reconstruir/entrevistaedicao70paulofreire.htm> > Acesso em <05 mar. 2014.

RECUERO, Raquel. **WEBLOGS, WEBRINGS E COMUNIDADES VIRTUAIS**

Número de produções C, T & A: 3, 2003. Disponível em:

<<http://raquelrecuero.com/webrings.pdf>> Acesso em 07 mar. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995**. (atualizada até a Lei n.º 13.990, de 15 de maio de 2012). Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Construção da Escola Pública como Instituição Democrática: Poder e Participação da comunidade**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.51-80, Jan/Jun 2001. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/santome.pdf> > Acesso 20 fev. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização**. 16 ed., São Paulo: Libertad, 2000 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1).

\_\_\_\_\_. **Avaliação concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 16 ed., São Paulo: Libertad. Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15 ed., São Paulo: Libertad Editora, 2013 – (Subsídios Pedagógicos do Libertad; 3).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Escola, currículo e ensino. In: VEIGA, I.P.A. e CARDOSO, M. Helena (orgs). **Escola fundamental: Currículo e ensino**. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 183-219.

\_\_\_\_\_. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003  
267 Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 20 de mar. 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 26 ed., Campinas, SP: Papirus, 2009. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 17 ed. - Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VILLAS BOAS, Benigna M de Freitas. O projeto político-pedagógico e a avaliação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

**APÊNDICE A - Termo de consentimento****UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, CILENE MARIA CAMPONOGARA FRIEDRICH, diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas pela Portaria nº 1570587/01 declaro, por meio deste termo que consenti, de forma gratuita e sem qualquer ônus à pesquisadora, a participação da referida escola no Projeto de Intervenção intitulado **(RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL URBANO DAS CHAGAS DE DOM PEDRITO/RS: ORQUESTRANDO SUA PARTITURA POLÍTICO-PEDAGÓGICA**, desenvolvido pela Mestranda Lisiane Machado Duarte Martins, e-mail lisianemdm@hotmail.com, que exerce a função de coordenadora pedagógica na referida escola.

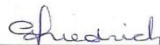
Fui informada, ainda, de que o projeto é orientado pela profª. Jane Schumacher, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail mixjanepereira@yahoo.com.br.


Estou ciente dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é a (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, dentro de uma gestão democrática.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento.

Dom Pedrito, 05 de agosto de 2013.

Cilene Friedrich  
Diretora  
Id. Func: 1570587/01

  
Assinatura da diretora da escola

  
Assinatura da pesquisadora

## APÊNDICE B - Questionário Pais



### UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo geral definir metas, através de levantamento envolvendo, no processo de **“(Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS”**, todos os protagonistas (equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais).

Como representante do segmento dos PAIS, pedimos a gentileza de responder o questionário abaixo:

1) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas?

( ) Sim      ( ) Não

2) Você acha importante participar das decisões que dizem respeito a esse projeto da escola que deve fazer parte também do projeto de sua vida?

( ) Sim      ( ) Não

3) Ao ser informado sobre os encontros para (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da nossa Escola, você se disponibilizaria a participar desse processo contribuindo com as suas opiniões e sugestões em benefício da comunidade escolar?

( ) Sim      ( ) Não

4) Na sua opinião, qual seria o melhor horário para estes encontros?

.....

5) Quais os pontos positivos que você gostaria de ressaltar sobre o trabalho desenvolvido na nossa escola?

.....

.....

.....

6) E que pontos, referentes ao trabalho escolar você acha que poderiam ser melhorados?

.....

.....

.....

**APÊNDICE C - Formulário autorização de uso de dados: pais**

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Pelo presente instrumento particular, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG.nº \_\_\_\_\_ SSP-RS,  
responsável legal pelo aluno(a) \_\_\_\_\_,  
AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ônus, à pesquisadora do projeto que  
tem por título “**(Re)construção do Projeto Político Pedagógico da Escola  
Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom  
Pedrito/RS**”, LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS e à EEEF. CORONEL  
URBANO DAS CHAGAS, a utilizar os dados desta pesquisa, exclusivamente para os  
fins científicos, comprometendo-se os mesmos a manter o sigilo garantindo a não  
utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

Dom Pedrito, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – Questionário - Professores



### UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo geral definir metas, através de levantamento envolvendo, no processo de “**(Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, todos os protagonistas (equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais).

Como representante do segmento dos PROFESSORES, pedimos a gentileza de responder o questionário abaixo:

1) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas?

( ) Sim ( ) Não

2) Você acha importante participar das decisões que dizem respeito a esse projeto da escola que deve fazer parte também do projeto de sua vida?

( ) Sim ( ) Não

3) Ao ser informado sobre os encontros para (re)construção do Projeto Político- Pedagógico da nossa Escola, você se disponibilizaria a participar desse processo contribuindo com as suas opiniões e sugestões em benefício da comunidade escolar?

( ) Sim ( ) Não

4) Na sua opinião, qual seria o melhor horário para estes encontros?

.....

5) Quais os pontos positivos que você gostaria de ressaltar sobre o trabalho desenvolvido na nossa escola?

.....

.....

.....

6) E que pontos, referentes ao trabalho escolar você acha que poderiam ser melhorados?

.....

.....

.....

**APÊNDICE E - Formulário autorização uso de dados: professores**

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Pelo presente instrumento particular, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG.nº \_\_\_\_\_ SSP-RS,  
professor(a) na escola citada abaixo, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer  
ônus, à pesquisadora do projeto que tem por título “**(Re)construção do Projeto  
Político Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano  
das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS e à  
EEEF. CORONEL URBANO DAS CHAGAS, a utilizar os dados desta pesquisa,  
exclusivamente para os fins científicos, comprometendo-se os mesmos a manter o  
sigilo garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da  
comunidade.

Dom Pedrito, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_



## APÊNDICE F – Questionário - Funcionários



### UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo geral definir metas, através de levantamento envolvendo, no processo de “**(Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, todos os protagonistas (equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais).

Como representante do segmento dos Funcionários, pedimos a gentileza de responder o questionário abaixo:

1) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas?

( ) Sim ( ) Não

2) Você acha importante participar das decisões que dizem respeito a esse projeto da escola que deve fazer parte também do projeto de sua vida?

( ) Sim ( ) Não

3) Ao ser informado sobre os encontros para (re)construção do Projeto Político- Pedagógico da nossa Escola, você se disponibilizaria a participar desse processo contribuindo com as suas opiniões e sugestões em benefício da comunidade escolar?

( ) Sim ( ) Não

4) Na sua opinião, qual seria o melhor horário para estes encontros?

.....

5) Quais os pontos positivos que você gostaria de ressaltar sobre o trabalho desenvolvido na nossa escola?

.....

.....

.....

6) E que pontos, referentes ao trabalho escolar você acha que poderiam ser melhorados?

.....

.....

.....

**APÊNDICE G - Formulário autorização uso de dados - funcionários**

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Pelo presente instrumento particular, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG.nº \_\_\_\_\_ SSP-RS,  
funcionário(a) na escola citada abaixo, AUTORIZO, de forma gratuita e sem  
qualquer ônus, à pesquisadora do projeto que tem por título “**(Re)construção do  
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel  
Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, LISIANE MACHADO DUARTE  
MARTINS e à EEEF. CORONEL URBANO DAS CHAGAS, a utilizar os dados desta  
pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, comprometendo-se os mesmos a  
manter o sigilo garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas  
e/ou da comunidade.

Dom Pedrito, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE H – Questionário - Alunos



### UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo geral definir metas, através de levantamento envolvendo, no processo de “**(Re)construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, todos os protagonistas (equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais).

Como representante do segmento dos ALUNOS, pedimos a gentileza de responder o questionário abaixo:

1) Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Urbano das Chagas?

Sim       Não

2) Você acha importante participar das decisões que dizem respeito a esse projeto da escola que deve fazer parte também do projeto de sua vida?

Sim       Não

3) Ao ser informado sobre os encontros para (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da nossa Escola, você se disponibilizaria a participar desse processo contribuindo com as suas opiniões e sugestões em benefício da comunidade escolar?

Sim       Não

4) Na sua opinião, qual seria o melhor horário para estes encontros?

.....

5) Quais os pontos positivos que você gostaria de ressaltar sobre o trabalho desenvolvido na nossa escola?

.....

.....

.....

6) E que pontos, referentes ao trabalho escolar você acha que poderiam ser melhorados?

.....

.....

**APÊNDICE I - Formulário autorização uso de dados - alunos**

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Pelo presente instrumento particular, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG.nº \_\_\_\_\_ SSP-RS,  
aluno(a) da escola abaixo citada, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer  
ônus, à pesquisadora do projeto que tem por título “**(Re)construção do Projeto  
Político Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental Coronel Urbano  
das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, LISIANE MACHADO DUARTE MARTINS e à  
EEEF. CORONEL URBANO DAS CHAGAS, a utilizar os dados desta pesquisa,  
exclusivamente para os fins científicos, comprometendo-se os mesmos a manter o  
sigilo garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da  
comunidade.

Dom Pedrito, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_



**APÊNDICE K - Formulário autorização uso de dados - equipe diretiva**

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Pelo presente instrumento particular, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG.nº \_\_\_\_\_ SSP-RS,  
membro da equipe diretiva da escola abaixo citada, AUTORIZO, de forma gratuita e  
sem qualquer ônus, à pesquisadora do projeto que tem por título “**(Re)construção  
do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Ensino Fundamental  
Coronel Urbano das Chagas de Dom Pedrito/RS**”, LISIANE MACHADO DUARTE  
MARTINS e à EEEF. CORONEL URBANO DAS CHAGAS, a utilizar os dados desta  
pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, comprometendo-se os mesmos a  
manter o sigilo garantindo a não utilização das informações em prejuízo das  
pessoas e/ou da comunidade.

Dom Pedrito, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

**ANEXO A - Atividade para professores/2011**

E.E.E.F. Coronel Urbano das Chagas

Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico

Atividade: Reflexão – O QUE TEMOS? O QUE QUEREMOS?

**A - O QUE TEMOS?****A.1-SOCIEDADE**

- ✓ Como percebemos o contexto social, enfatizando...
- A família? (estrutura familiar)
- As condições básicas? ( saúde, moradia, educação, acessos... )
- A administração pública?
- Os níveis econômicos?
- Os problemas sociais?
- A cidadania?

**A.2- ESCOLA**

- ✓ Especificamente na escola, como essa realidade se reflete quanto...
- Aos alunos?
- Aos professores?
- A relação escola-família ?
- A relação escola-comunidade?

**ANEXO B - Atividade para professores/2011****B – O QUE QUEREMOS ?**

- Considerando os aspectos analisados na reflexão...

**B.1- Para a sociedade?****B.2- Para a escola?**

- ✓ Como função social ( Objetivo geral )
  
- ✓ Como instituição educativa, geradora de conhecimento e espaço de aprendizagem (objetivos específicos), Considerando...
  - O aluno ( promover...)
  - As práticas pedagógicas (promover através de... )
  - As redes de apoio ( promover com...)



## ANEXO C -Atividade para professores/2011

### REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

#### PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS:

- A Escola tem por princípio filosófico, a formação de um ser humano capaz de...
- ... viver e conviver com respeito e ética, vivenciando valores verdadeiros;
  - ... refletir sobre as situações do dia a dia, transformando-as, se necessário, exercendo assim a cidadania;
  - ... desenvolver-se, participar, interagir e ser feliz num mundo em permanente evolução;
  - ... aprender sempre, apropriando-se dos conhecimentos disponíveis no universo cultural, que se amplia e se redimensiona a cada momento.

#### Sugestões:.....

#### RECURSOS FÍSICOS

#### Sugestões:.....

#### OBJETIVO GERAL DA ESCOLA:

Promover a educação formativa contribuindo para o desenvolvimento global do ser humano, enquanto indivíduo e ser social, capaz de atuar no meio em que vive valorizando a vida, os bens culturais e materiais produzidos pela sociedade, através da ética, da solidariedade e da consciência planetária.

#### Sugestões:.....

#### METODOLOGIA:

O Ensino Fundamental de nove anos em sua linha de ação pedagógica atenderá os seguintes princípios metodológicos:

- constante relação entre teoria e prática. Não basta verbalizar informações ou discuti-las; o processo ensino-aprendizagem se efetua na dinâmica ação-reflexão-ação;
- aprimoramento e valorização das relações "intra" e "interpessoais" fundamentais no desempenho como ser social;
- currículo contextualizado, essencial na problematização que acontece na sua relação com a vida, originando e justificando a área de conhecimento;
- discussões e ações com a participação da comunidade escolar para combater a violência, a injustiça e a degradação do meio ambiente;
- reflexão crítica na escola sobre a compreensão dos instrumentos ideológicos (meios de comunicação, igrejas, sindicatos, etc.) como instrumentos da construção de uma sociedade democrática, fundamentada em valores humanistas;
- prática educativa democrática, participativa e dialógica de todos os segmentos da comunidade escolar na construção social e coletiva do conhecimento;

## ANEXO D - Atividade para professores/2011

- superação da fragmentação do currículo, através da construção do conhecimento de forma interdisciplinar e de estratégias de ensino, que considerem os sujeitos com suas histórias e vivências, que respeitem a leitura de mundo do educando;
- avaliação constante do desempenho do aluno para que possa crescer nas suas atividades como um ser competente e atuante;
- recuperação paralela das habilidades e competências não desenvolvidas, através de novas práticas e oportunidades de aprendizagem diferenciadas;
- Atendimento as diferenças individuais, respeitando-se os ritmos e estilos de aprendizagem;
- Atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educativas especiais;
- Inclusão, nas classes regulares, dos alunos com necessidades educativas especiais, respeitando-se os critérios quanto ao número de alunos por turma e atendimento com professor de apoio.

Sugestões:.....

.....

.....

.....

### REGRAS DE CONVIVÊNCIA

#### ALUNOS - DIREITOS E DEVERES

#### PROCEDIMENTOS OU MEDIDAS ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICAS MEDIANTE INFRAÇÕES:

- Orientação – SOE; Advertência – Direção e vice-direção; Suspensão diária; Solicitação de transferência; Medidas protetivas – Redes de apoio

Sugestões:.....

.....

.....

#### PROFESSORES:

- Manter atitudes de bom convívio, com colegas, alunos e funcionários através dos princípios éticos e morais;
- Pontualidade e assiduidade;
- Comparecer às reuniões administrativas e pedagógicas;
- Utilizar as dependências da escola zelando pela conservação dos espaços físicos;
- Justificar suas faltas e / ou avisar a direção, com a maior antecedência possível
- Adequar-se ao Projeto Político Pedagógico, respeitando seus princípios para planejar, desenvolver e avaliar suas práticas educacionais;
- Atender às orientações da equipe pedagógica e / ou Direção;
- Comparecer e participar de eventos extra-curriculares, culturais e / ou projetos;
- Utilizar os recursos materiais com cuidado e responsabilidade.

#### PROCEDIMENTOS OU MEDIDAS ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICAS MEDIANTE INFRAÇÕES:

- Orientação – SOE, Supervisão, Direção; Advertência – Direção, Vice-direção

Sugestões:.....

.....

.....

.....

**ANEXO E - Atividade para funcionários/2011****Questionamentos – Funcionários**

**A - Quem é o nosso funcionário? ( algumas expectativas pessoais )**


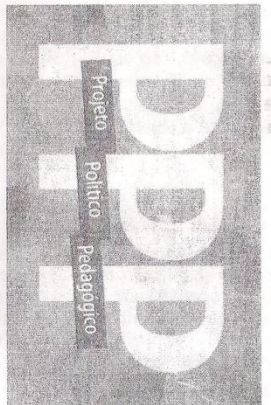
**B - Como percebemos...**

- ✓ O contexto social em que vivemos?
- ✓ A escola em que trabalhamos (ambiente físico e social )?
- ✓ A contribuição do funcionário no processo educativo?

**C - O que queremos...**


- ✓ Da sociedade?
- ✓ Da escola?

## ANEXO F - Folder elaborado Turma Terra

<p style="text-align: center;"><b>ELEMENTOS CONSTITUINTES DO PPP</b></p> <p>Por o PPP ser um documento legal, existem regras e normas que devem obedecer, invariavelmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988 (princípios do ensino, educação como direito);</li> <li>• Constituição Estadual RS de 1989</li> <li>• LDB nº 9.394/1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, educação como direito público subjetivo, princípios do ensino, deveres do Estado com a educação;</li> <li>• Lei nº 8.069/1990 – dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente;</li> <li>• Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação;</li> <li>• Decreto 6.094/2007: Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.639/2003 e Lei 11.646/2008 – Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental»; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;</li> <li>• Parecer CNE/CEB nº 1/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;</li> <li>• Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;</li> <li>• Resolução CNE/CEB nº 1/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;</li> <li>• Resolução CNE/CEB nº 11/2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;</li> <li>• Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) – Portaria 66, de 12 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>1º MOSTRA DE SALAS TEMÁTICAS</b></p> <p style="text-align: center;"> <b>URBANO</b> Dom Pedro/RS</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><b>TURMA TERRA</b></p>
---	--	--

<h3>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</h3>		
<p><b>O QUE É?</b></p> <p>O projeto político-pedagógico (PPP) traduz em linhas gerais o processo histórico da instituição, as ideias filosóficas e as práticas pedagógicas que dimensionam suas atividades. Reflete a identidade da escola, seus objetivos, orientações, ações e formas de avaliar os processos de aprendizagem, estabelecendo metas e buscando melhorias.</p> <p><b>QUEM FAZ PARTE?</b></p> <p>O PPP é montado pela direção da escola, analisando a realidade escolar, considerando as opiniões de todos os segmentos educacionais, ou seja, os pais, os alunos, os professores e os funcionários.</p> <p>Aproveite que estamos com a reestruturação do nosso PPP e deixe a sua opinião!</p>	<p><b>O QUE HÁ NO PPP?</b></p> <p>É no PPP que as informações sobre os pressupostos filosóficos, o histórico, a análise da realidade escolar, os objetivos gerais e específicos da escola, bem como o perfil e a competência dos alunos, a forma como estes são avaliados e os direitos e deveres dos alunos e dos professores estão.</p> <p><b>AValiação dos Anos Finais</b></p> <p>O aluno é avaliado de forma contínua, diagnóstica, investigativa, participativa e emancipatória, global no sentido formativo, que levem em consideração o aluno como um todo, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.</p> <p>Os resultados da avaliação do aproveitamento, considerando a totalidade das atividades trimestrais, serão registrados através de notas, acompanhadas de observações, quanto ao desenvolvimento das habilidades e compe-</p>	<p>tências propostas.</p> <p>Este ano, os trimestres possuem em peso 20 no primeiro, 30 no segundo e 50 no terceiro.</p> <p>Após o encerramento do terceiro trimestre, será oferecida nova oportunidade ao aluno que não alcançou o mínimo para aprovação, ao término do período letivo e antes do início do próximo ano letivo, para todos os alunos que não obtiveram aprovação em até dois componentes curriculares, desconsiderando as avaliações anteriores e estipulando-se a nota 60 para aprovação.</p> <p style="text-align: center;"><b>Senhores pais ou responsáveis, é seu direito e seu dever também, acompanhar junto aos professores o rendimento dos seus filhos!</b></p>

## ANEXO G - Folder elaborado Turma Terra

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar os colegas, professores, especialistas em educação, direção e pessoal administrativo com harmonia, cordialidade, cooperação, dignidade e respeito;</li> <li>• Justificar as faltas dentro do prazo estabelecido pela Escola—48 horas;</li> <li>• Ter adequado comportamento social, onde quer que esteja, concorrendo para o bom nome da escola, recebendo advertência sempre que necessário;</li> <li>• Submeter o boletim escolar à apreciação dos pais, bem como comunicar a estes as solicitações ou convocações na escola;</li> <li>• Possuir material mínimo necessário para as aulas;</li> <li>• Executar os trabalhos determinados pelos professores;</li> <li>• Atender às solicitações administrativas, com relação à documentação;</li> <li>• Apresentar atestado médico ou de trabalho na impossibilidade</li> </ul>	<p>de fazer Educação Física;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É proibido rasurar boletins ou documentos referentes à vida escolar</li> <li>• É proibido usar, sem a devida autorização, o nome da escola para qualquer propaganda;</li> <li>• É proibido utilizar-se de livros, impressos, gravuras e escritos imorais, bem como armas de fogo;</li> <li>• É proibido praticar jogos de azar, ingerir, distribuir tóxicos e bebidas alcoólicas;</li> <li>• É proibido praticar atos desabonatórios ao bom conceito do Estabelecimento;</li> <li>• É proibido fumar dentro da escola;</li> <li>• É proibido manter atitudes obscenas no recinto escolar.</li> </ul> <p>PROCEDIMENTOS MEDIANTE AS INFRAÇÕES DOS ALUNOS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhamento do aluno e/ou familiares ao SOE;</li> <li>• Advertência verbal e/ou escrita;</li> <li>• Suspensão do período Du do dia de aula;</li> <li>• Solicitação de transferência;</li> <li>• Encaminhamento ao Conselho Tutelar, Promotoria e/ou Juizado da Infância e Juventude</li> </ul>	<p><b>1ª MOSTRA DE SALAS TEMÁTICAS</b></p>  <p><b>URBANO</b> Dom Pedrito/RS</p> <p><b>DIREITOS E DEVERES DOS ALUNOS SEGUNDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA</b></p> <p>TURMA TERRA</p>
--	---	---

<p><b>SÃO DIREITOS DOS ALUNOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Receber em igualdade de condições, os benefícios de caráter educativo que a escola proporciona;</li> <li>• Receber educação, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana;</li> <li>• Conhecer o Projeto Político Pedagógico;</li> <li>• Ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</li> <li>• Apresentar sugestões para a melhoria da vida escolar;</li> <li>• Ser respeitado na individualidade;</li> <li>• Manifestar-se sobre as dificuldades encontradas na aprendizagem;</li> <li>• Ser respeitado pelos educadores;</li> <li>• Organizar e participar de entidades estudantis;</li> <li>• Realizar trabalhos avaliativos no momento previsto ou fora dele;</li> </ul>	<p><b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Votar e ser votado para cargos eletivos;</li> <li>• Votar para eleição Professor Conselheiro;</li> <li>• Contestar critérios avaliativos.</li> <li>• Requerer, por escrito, revisão de prova, dentro de prazo estabelecido pela escola;</li> <li>• usar as dependências da escola, com a autorização da Direção;</li> <li>• Participar das atividades curriculares;</li> <li>• Estabelecer diálogo franco e aberto com a Direção, especialistas de educação e professores, para esclarecimentos e enriquecimento mútuos;</li> <li>• Participar das reuniões do Conselho de Classe;</li> <li>• Receber prêmios e menções, quando a eles fizer jus;</li> <li>• Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico</li> </ul>	<p><b>SÃO DEVERES DOS ALUNOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comparecer com assiduidade e pontualidade às aulas, aos exercícios e trabalhos práticos, provas, reuniões, ensaios, desfiles, comemorações escolares e cívicas de cunho educativo;</li> <li>• Permanecer No estabelecimento durante o período escolar, saindo apenas com autorização da Direção</li> <li>• Zelar pela higiene, limpeza, ordem e conservação do prédio, bem como maquinário, livros e materiais, indenizando devidamente, os danos causados;</li> <li>• Prestigiar os colegas, encarregados das funções de representantes de turmas ou Grêmios Estudantil</li> </ul>
---	--	--

## ANEXO H - Matéria publicada em jornal da cidade

om/mefizequadroxavier?ref=nt

14 EDUCAÇÃO FOLHA DA CIDADE Sábado e domingo, 24 e 25 de maio de 2014

## Urbano das Chagas inova com aula temática



Turma Esperança



Turma Solteira

O trabalho ficou para um "sala de aulas", onde a professora explicou, a partir de textos dos alunos relacionados ao tema "A escola dos meus sonhos", temas que os destacaram. Os trabalhos podem ser vistos a importância da família, de trabalhar e imaginar, por meio de textos de poemas e outros conteúdos, formando um projeto de um espaço exclusivo para a natureza, de que todos tenham de escola.

Uma das frases, um aluno disse que a escola de seus sonhos correspondia à sua escola, a Urbana. Os projetos são encorajados e todos, com sua participação e dedicação dos professores. Destaque para a turma Carinho, da professora Luciana Cunha, onde cada aluno levou seu "avôzinho carinhoso" para a sala e manifestaram a mensagem de amor, carinho e esperança de um mundo muito mais maravilhoso, onde as demonstrações de amor sejam cada vez mais multiplicadas e que o carinho tenha cada vez mais espaço em nossas vidas. Em todas as salas, os trabalhos foram avaliados e houve uma manifestação e recebimento dos trabalhos e agradecimentos.

37 anos de história, sempre com a disposição de trabalhar nos melhores momentos.

A escola esteve aberta para visita dos pais de 11h e das 15h às 18h. Como cada turma tem seu tema, os professores e seus alunos desenvolveram trabalhos ao longo da semana, para aquela dia, realizando um tour em visitas. O Folia contou algumas aulas e temas esperanças ficaram encadeadas com a criatividade e desenvolvimento dos alunos.

A professora Viviane Pinheiro, junto à turma Esperança de 7º ano, por exemplo, discutiu sobre o mundo que temos na atualidade e o mundo que se espera, que se abraça. Acompanhando os textos

dos alunos, se pode perceber enorme percepção com a saúde ambiental, os valores familiares, a violência e o mundo de aquecimento, onde havia, inclusive textos de água doce amarelo.

Logo, o mundo esperanças se revelava cheio de amor, a partir de uma visão profundamente ecológica, no qual os homens respeitavam um aos outros e respeitavam os demais espécies. Já a professora Márcia, da turma Solteira, também do 7º ano encorajou a todos criando um ambiente seguro, onde os alunos, trazendo plantas e acessórios em seus trabalhos, garantem os pais e filhos "horários" pelas coisas que têm, para si e para o mundo.

Com muito orgulho, como pedritenses, compartilhamos de uma escola que reúne diretores, professores e alunos pensadores e não simples repetidores. Minha admiração!

Ontem às 16:55 · Curtir · 5

emocionante! parabéns aos prof's...nossos se enchem de orgulho...

Ontem às 19:26 · Curtir · 2

Parabéns a vocês!!

Ontem às 20:26 · Curtir · 3

Gostei da criatividade!

há 21 horas · Curtir · 2

Bate-papo - (81)